

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E
INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Luis Fernando Aparecido Pedroso de Barros

EDUCAÇÃO EM TATUÍ: O GINÁSIO DO ESTADO ENTRE 1924-1961

**Sorocaba/SP
2019**

Luis Fernando Aparecido Pedroso de Barros

EDUCAÇÃO EM TATUÍ: O GINÁSIO DO ESTADO ENTRE 1924-1961

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Carriello do Carmo.

**Sorocaba/SP
2019**

Ficha Catalográfica

Barros, Luis Fernando Aparecido Pedroso de

B279e Educação em Tatuí : o Ginásio do Estado entre 1924-1961 / Luis Fernando Aparecido Pedroso de Barros. -- 2019.

75f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Carriello do Carmo

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2019.

1. Educação - Tatuí (SP) - História. 2. Escolas públicas – Tatuí

Luis Fernando Aparecido Pedroso de Barros

EDUCAÇÃO EM TATUÍ: O GINÁSIO DO ESTADO ENTRE 1924-1961

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pró-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em ___ / ___ / ____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Jefferson Carriello do Carmo
Universidade de Sorocaba

Prof.(a) Dr.(a) Vânia Regina Boschetti
Universidade de Sorocaba

Prof. Dr. Walter Cruz Swensson Junior
Universidade de Sorocaba

Dedico este trabalho à minha família,
Fernanda e Amanda, esposa e filha que amo
muito.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não teria chegado a bom porto sem a grandiosa ajuda de várias pessoas que tanto contribuíram para a execução deste trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Jefferson Carriello do Carmo, por toda atenção, paciência e sentido prático com que me orientou neste trabalho e no congresso de educação, agradeço por me corrigir durante o trajeto e me manter motivado.

Desejo agradecer igualmente à Prof. Dra. Vania Regina Boschetti que muito contribuiu com diversos temas e discursos vastos sobre a história da educação no Brasil e que, sobretudo, me fez ver além do que os textos são capazes de mostrar, formando em mim um grande senso de observação e análise.

Ao Prof. Dr. Walter Cruz Swensson Junior que contribuiu imensamente com sua visão enquanto historiador e apresentou um contexto importante para a visão de mundo que os documentos estudavam apresentaram.

Agradeço ao Prof. Dr. Pedro Laudinor Goergen pelas excelentes explicações em suas aulas e seminários que não só contribuíram para minha pesquisa, mas, também, por aperfeiçoar minha visão de mundo, aulas estas que ficarei ansioso em retornar um dia.

Aos meus colegas do Mestrado e Doutorado em Educação por oferecerem importantes contribuições ao meu projeto de pesquisa.

Finalmente à minha família pelo imenso apoio que me deram para que eu pudesse escrever e pesquisar, principalmente nos momentos finais do trabalho.

RESUMO

Esta dissertação teve o objetivo de investigar como a institucionalização do Ginásio do Estado de Tatuí entre 1924-1961 e como um movimento social foi capaz de unir a sociedade em benefício da fundação da escola. A pesquisa parte de uma breve história do município de Tatuí com o objetivo de apresentar o desenvolvimento econômico ocorrido no final do século XIX e início do século XX, responsável pelo fortalecimento da urbanização e, conseqüentemente, pela ampliação de escolas que resultará na formação de um Grupo Escolar e, depois, pelo Ginásio do Estado. O movimento conhecido como pró-ginásio teve como incentivadores diversos industriais, comerciantes, políticos e membros da igreja responsáveis por disseminar a ideia de progresso na educação como parte do desenvolvimento da cidade, almejando um futuro próspero, assim, a população receberá o ginásio com entusiasmo. Depois da inauguração e das festas comemorativas a cidade parecia voltar ao cotidiano de sempre, entretanto, a inauguração de novos grupos escolares e de outra escola normal trará novas perspectivas ao Ginásio do Estado, promovendo a criação de uma cultura escolar na qual seu objetivo primeiro era distinguir os alunos deste ginásio dos de outras escolas.

Palavras-chave: Instituição Escolar. História da Educação. Política Educacional. Ginásio do Estado. Tatuí.

ABSTRACT

This master thesis had the objective to investigate how the institutionalization of Tatuí State Middle School between 1924-1961 and how a social movement was able to unite the society in benefit of the school foundation. The research starts from a brief history of the municipality of Tatuí with the aim of presenting the economic development occurred in the late nineteenth and early twentieth century, responsible for the strengthening of urbanization and, consequently, for the expansion of schools that will result in the formation of a School Group and, later, by the State Middle School. The movement known as pro-middle school had as promoters various industrialists, merchants, politicians and church members responsible for disseminating the idea of progress in education as part of the city's development, aiming for a prosperous future, so the population will receive the middle school with enthusiasm. After the inauguration and the commemorative celebrations, the city seemed to return to its everyday life, however, the inauguration of new school groups and another College will bring new perspectives to the State Middle School, promoting the creation of a school culture in which its first objective was to distinguish the students of this middle school from those of other schools.

Key words: School Institution. History of education. Education Policy. State Middle School. Tatuí.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	AS VICISSITUDES ECONÔMICAS E POLÍTICA DA CIDADE DE TATUÍ A PARTIR DO FINAL DO SÉCULO XIX.	18
2.1	Breve histórico do município e a formação industrial.....	18
2.2	Contribuições para a cultura e sociedade.	24
2.3	As escolas e grupos escolares em Tatuí.	26
3	O GINÁSIO DO ESTADO DE TATUÍ.....	31
3.1	As reformas na educação na primeira metade do século XX.	31
3.2	A discussão sobre a criação do Ginásio do Estado entre 1924-1930 e corrida para a quarta posição.....	36
3.3	O quarto Ginásio Oficial e os primeiros anos de uma ideia: 1931-1939. 45	
3.4	As novas fases da Escola Normal e o Barão de suruí: 1940-1961.....	54
4	A CULTURA ESCOLAR NA ESCOLA ESTADUAL BARÃO DE SURUÍ	58
4.1	Os barões e as damas da Escola Normal.....	58
4.2	Para além dos muros da escola: a representatividade dos alunos na sociedade.	62
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
6	REFERÊNCIAS	68

1 INTRODUÇÃO

A intensão dessa pesquisa está em compreender a educação na cidade de Tatuí, por meio, do Ginásio do Estado no período entre 1924-1961.

Os objetivos da pesquisa estão indicados da seguinte forma: O objetivo geral é compreender como grupos sociais da cidade tiveram responsabilidades no processo de institucionalização do Ginásio do Estado em Tatuí. Os objetivos específicos são: a) identificar os aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais existentes na cidade de Tatuí no início do século XX e suas relações com a educação; b) averiguar o desenvolvimento do Ginásio em conformidade com as mudanças das políticas educativas e suas representações para a sociedade em torno da escola; c) investigar a relação escola-sociedade dentro do contexto da cultura escolar. A pergunta que norteou a pesquisa foi como ocorreu o processo de institucionalização do Ginásio do Estado no município de Tatuí entre 1924-1961? A hipótese sugere que o processo de institucionalização ocorreu a partir da articulação entre o social e o político e contou com membros da Igreja local, industriais e comerciantes que se reuniam desde 1925 em clubes, no teatro municipal com o propósito de promover palestras e debates sobre os benefícios da futura instituição escolar na cidade. Tais atividades duraram até 1929, quando as instalações da escola já estavam quase concluídas.

Esta pesquisa foi desenvolvida na esfera do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba – UNISO. Insere-se na Linha de Pesquisa História e Historiografia: Políticas e Práticas Escolares e está vinculada ao Grupo de Estudo Instituição Escolar: História, Trabalho e Políticas de Educação Profissional.

O mérito pelo tema nasceu pelo fato de minha formação ser em história o que chamou a atenção pela história local e propiciou a aproximação da história da educação em Tatuí, essa aproximação permitiu constatar a ausência de pesquisa sobre as instituições educacionais do município de Tatuí.

A escolha do tema ocorreu a partir de um breve levantamento bibliográfico quando foi constatado que a cidade de Tatuí está ausente de historiografia e da discussão histórica e historiográfica das instituições escolares. Embora tenha sido possível constatar que outras pesquisas baseadas no mesmo modelo de escola ginasial, no período indicado foram encontradas. A pesquisa sobre esta escola, pretende contribuir para a compreensão dessa instituição educacional, sua importância na

formação cultural da cidade de Tatuí, bem como para formar uma historiografia do Ginásio do Estado de Tatuí.

Dados ainda preliminares, mostram a ocorrência de um movimento em prol da escola em 1924 com a aprovação do governo estadual que culminou com sua fundação em 1931, no início da Era Vargas. A lei estadual nº 2.017 de 26 de dezembro de 1924 oficializa a criação de um Ginásio do Estado na cidade de Tatuí, com a exigência de que caberia ao município a responsabilidade de oferecer prédio próprio para seu funcionamento. Caso entrasse em funcionamento, este viria a ser o primeiro ginásio estadual da cidade e o quarto no estado de São Paulo, que permitiria continuidade dos estudos para jovens concluintes do 4º ano do grupo escolar. O último ginásio estadual foi inaugurado em 1907, por isso criou-se um conceito de que esta nova instituição traria visibilidade para Tatuí.

De acordo com Rizek (2011), a partir de 1925 iniciou uma mobilização que ficou conhecida como “pró gymnasio” que duraria até a fundação em 1931. Esse movimento contou com a participação de inúmeros munícipes e foi organizado por uma comissão formada por cônego Correa de Carvalho, bacharel em direito e responsável por redigir as cartas, ofícios e outros documentos endereçados aos representantes do governo paulista; Gualter Nunes, médico sanitaria e interessado em apoiar o ginásio; José Celso Azevedo e Silvio Azevedo, industriais interessados em patrocinar o ginásio; João Padilha, diretor do jornal Comarca de Tatuhy, responsável pela divulgação das ações do movimento e emissão de panfletos; Oscar Augusto Silveira da Mota, redator do jornal Comarca de Tatuhy; e Pedro Voss Filho, diretor do Jornal de Tatuhy. Essa comissão tinha como finalidade realizar palestras e debates demonstrando a importância de se ter a instalação de um ginásio estadual na cidade.

Nos anos seguintes à fundação do Ginásio do Estado criou-se uma cultura escolar, responsável por consolidar aos olhos da cidade um certo “ideal de aluno”, que eram detentores de uma intelectualidade respeitável. Os alunos eram chamados de damas e barões e havia grande respeito para os que estudavam e trabalhavam nesta escola. Certamente que grande parte dos alunos vinham de famílias economicamente fortes de diversas cidades da região. Esta cultura durou até meados dos anos 1970 que, por motivos da reforma proposta pela lei 5.692/71 promoveu o acesso de alunos provenientes de outras origens sociais cuja presença fez com que esta cultura desaparecesse.

No que concerne a questão histórica e social, o pensamento de Magalhães (2004), coloca a instituição escolar como sendo marcada por uma noção que corresponde a uma memória e um processo histórico em que está sempre em atualização. A questão pedagógica existente nestas instituições ultrapassa os espaços físicos e fortalece as tradições e representações tanto individuais quanto coletivas da sociedade que a envolve. Partindo deste pressuposto, entender as relações sociais, políticas e econômicas é de suma importância para o estudo do Ginásio do Estado de Tatuí. Conhecer o contexto de um dado período é, portanto, fundamental para a pesquisa sobre uma determinada instituição escolar.

Compreender a formação do primeiro Ginásio do Estado na cidade de Tatuí é de grande importância para a história das instituições escolares nesta cidade por apresentar um movimento social amplo e devidamente organizado, administrado por uma camada social economicamente privilegiada em relação aos demais municípios, diferente do que ocorreu com a formação das escolas em bairros periféricos e com a formação do primeiro Grupo Escolar. A respeito da história Magalhães (2004, p. 100) defende que

A construção científica da história manifesta-se numa narrativa historiográfica que seja simultaneamente construção e representação do objeto epistêmico: fontes (informação; arquivos; coleta de informação; tratamento de dados); método (articulação entre interpretação, contextualização, instrumentalização); informação.

A história da escola para Magalhães (2004), relaciona-se às culturas locais, institucionalização. A construção da historiografia sobre a educação em Tatuí baseada no Ginásio do Estado é, sobretudo, um ponto de referência para a escrita da história da educação local, uma vez que se tem um movimento social por trás da escola, diferente do que acontece antes deste período, em que a formação de escolas ocorre por uma necessidade quase silenciosa, apenas para suprir a dinâmica demográfica e a necessidade de determinadas camadas sociais. Magalhães (1999) afirma que o historiador deve criar condições para que haja espaço para discutir o passado dentre de quadros e olhares do presente.

Sobre a construção científica da história, sobretudo ao que se refere à história da educação brasileira, tem-se um importante apontamento, em que Saviani (2005, p. 7) diz:

Sabemos que a periodização, a par de ser uma exigência inerente à investigação histórica, é um dos problemas mais complexos e controvertidos da historiografia, já que não se trata de um dado empírico, mas de uma questão teórica que o historiador enfrenta ao organizar os dados que lhe permitem explicar o fenômeno investigado.

Mais adiante Saviani (2005) completa que a proposta de periodização da história da escola pública no Brasil pode ser organizada em duas etapas importantes, sendo a primeira compreendendo um período entre 1549 e 1890 e, a segunda etapa dividida em três momentos, um iniciando em 1890 e terminando em 1931, que condiz com a criação das escolas primárias; outro entre 1931 e 1961, associado à regulamentação das escolas superiores, secundárias e primárias; e, o último, entre 1961 e 1996, moldadas sob uma concepção produtiva da escola.

O período pesquisado abrange uma parte dos estudos no período da criação das escolas primárias e estende-se para o período de regulamentação das escolas. Castanho (2008) aponta que a Primeira República foi um momento importante tanto pela criação dos grupos escolares quanto pela reforma de Sampaio Dória, em 1920, em que ocorrem grandes esforços para alfabetização.

A respeito do período pesquisado pode-se atentar para dois momentos importantes, ambos baseados em Saviani (2004), o primeiro abrange de 1924 até 1931 está relacionado com o movimento em prol à implantação do Ginásio do Estado, inspirado em modelos educacionais da reforma da instrução pública elaborada no início da República e termina com a fundação da escola em 1931, no ano que também acontece a formação do Ministério da Educação e Saúde Pública. O segundo momento, de 1931 até 1961 abrange as reformas de alcance nacional e a fixação de diretrizes da educação.

Para Sanfelice (2006) fazer história das instituições escolares é um trabalho bastante complexo, no qual não há uma resposta simples que justifique escolher uma Instituição Escolar em especial. Dentro do pensamento do autor pode-se encontrar uma diversidade de justificativas como, por exemplo, as políticas educacionais, os níveis de ensino, as modalidades de ensino, diferentes origens e públicos que a frequentam.

Ao relacionar a singularidade de uma instituição, como o Ginásio do Estado de Tatuí, com a justificativa da pesquisa, encontra-se a resposta nas palavras de Sanfelice (2006, p. 23) na qual

As instituições escolares têm também uma origem quase sempre muito peculiar. Os motivos pelos quais uma unidade escolar passa a existir são os mais diferenciados. Às vezes a unidade escolar surge como uma decorrência da política educacional em prática. Mas nem sempre. Em outras situações a unidade escolar somente se viabiliza pela conquista de movimentos sociais mobilizados, ou pela iniciativa de grupos confeccionais ou de empresários. A origem de cada instituição escolar, quando decifrada, costuma nos oferecer várias surpresas.

Sanfelice (2008, p. 15) afirma que a “história de cada instituição escolar pode ser escrita, narrada, apresentada em múltiplos e infinitos detalhes que são, muitas vezes, interessantíssimos e/ou curiosos”. Enfim, completa é preciso explicitar suas diversas relações com o contexto social, político, cultural e econômico.

Posto isso, Sanfelice (2009) ao analisar diversos trabalhos sobre a história das instituições escolares conclui que o estudo das instituições escolares poderá acrescer de saberes históricos para a história da educação e pode, ainda, apresentar pormenores das singularidades escolares e, portanto, sua compreensão na totalidade histórica.

A proposta dessa pesquisa é identificar a influência de camadas sociais, econômicas e políticas mais proeminentes presentes em Tatuí no início do século XX, como agricultores, comerciantes e proprietários de indústrias. Quando da fundação do Ginásio do Estado em 1931, assim como as relações sociais criadas anos antes, enquanto movimento social em prol à escola. Não há uma referência sobre a história de Tatuí e suas manifestações culturais, políticas e econômicas. O que pode ser encontrado são pequenos ensaios ou trabalhos que incluem alguns dados sobre a cidade.

A pesquisa caminhará a partir da formação industrial e desenvolvimento econômico do município. A importância da indústria têxtil, por exemplo, está relacionada, segundo Blay (1985), com financiamentos de escolas isoladas e de espaços para a construção de novas escolas em Tatuí.

Partindo da organização social e econômica do período, a necessidade de fundar um Ginásio do Estado em Tatuí estava de acordo com a proposta de que os filhos dos munícipes pudessem dar continuidade aos estudos formais, sem que fosse preciso ir para São Paulo ou Campinas, principais cidades onde as famílias mais abastadas enviavam seus filhos para estudar.

Um dos primeiros trabalhos sobre a história da cidade foi em 1926, ano no qual a cidade comemorava seu primeiro centenário e a partir das palavras de Minhoto (1926, p. 133) deu-se início ao processo de criação do mito de origem de Tatuí

ORAM, certamente, os bandeirantes, na sua faina de exploradores dos sertões e no interesse de descobrir thesouros, os primeiros que, na sua passagem para o Sul, aqui estiveram, afugentando os indígenas que edificaram as suas tabas, no Cagua-açú e no ângulo formado pelos rios Sorocaba e Tatuuvú ou Tatu-guaçú (hoje bairro da Barreira) logares onde se encontraram cemiterios dos naturaes destas paragens.

A origem do povoado onde mais tarde será Tatuí começou em 1601 com o surgimento das primeiras sesmarias na região. Quando alguém adquiria sesmaria, mudava-se com toda sua gens para povoar e lavrar a terra (MORAES, 1992), ou seja, o sesmeiro iria com toda a parentela, escravos e o que mais fosse de sua posse e pudesse transportar.

A partir desta, uma série de sesmarias são criadas até o início do século XIX. Estas sesmarias surgiram tanto a partir de um impulso explorador na figura do tropeirismo quanto motivada pela produção açucareira (COSTA, 2014). Rapidamente se tornaram importantes pontos de pouso e abastecimento de tropeiros, virando referência nas viagens pelo sertão.

A economia açucareira se estabeleceu e promoveu grande movimento populacional até a formação oficial do povoado, autorizado por alvará de 5 de março de 1822 (IGC, 2011). Novamente, segundo Minhoto (1926) a formação do rocio que foi responsável pela fundação da cidade aconteceu apenas em 11 de agosto de 1926.

No final do século XIX a presença da estrada de ferro garantiu novos rumos para o desenvolvimento da cidade. A agricultura de algodão e a ferrovia trouxeram a indústria e, a partir de então, uma nova fase de desenvolvimento para a cidade. A fábrica de fiação e tecido São Martinho, fundada por Manoel Guedes Pinto de Mello em 1881, entre as pioneiras do setor (BANDEIRA JUNIOR, 1901). De acordo com Gerodetti et al. (2003) a fábrica inaugurou com 54 teares, em 1901 possuía 175 e em 1915 possuía 325 teares. A partir destes dados identificamos um visível aumento da produção e, conseqüentemente, o aumento dos lucros da fábrica.

A partir da industrialização e desenvolvimento comercial pode-se destacar o contexto político a partir dos anos 1930 que, por sua vez, colaborou para a formação de novas instituições escolares. De acordo com Diniz (2017) até 1930 o estado de São Paulo contava com 3 ginásios públicos, sendo 1 na capital e 2 no interior. Com a população crescendo, sobretudo por causa da intensa imigração de europeus e asiáticos desde o final do século XIX, a necessidade de abrir novas escolas aumentou, inclusive para suprir a questão de distância entre as cidades. Em 1940, com o incentivo de

abertura de novas instituições escolares, o estado de São Paulo contava com 41 ginásios, sendo 3 na capital e 38 no interior. Embora muitos colégios tenham sido criados, não significou acesso universal à educação.

A estruturação deste projeto de pesquisa baseou-se em buscas a conjunto de trabalhos existentes sobre o tema e as relações entre o tema proposto. Tais buscas foram direcionadas para dissertações, teses, artigos completos e livros, sobretudo em banco de dados de universidades públicas paulistas. A busca diretamente sobre o tema abrangeu palavras-chave como: criação de escolas no início da República; expansão da educação pública paulista; educação paulista. Para uma pesquisa com abordagem específica abrangeu: escola normal paulista; ginásio (também: gymnásio) do Estado; escola normal paulista; escola Barão de Suruí; educação em Tatuí; primeiras escolas de Tatuí.

Dentre os resultados que mais se aproximam do tema deste projeto pode-se destacar Monarcha (1999) em que o autor descreve a trajetória da escola normal entre os anos de 1840 e 1930, consta, também, as dificuldades financeiras encontradas em contraste com o discurso político de importância das escolas públicas.

Segundo a análise de Meneses (2012) que trata da movimentação dos formandos pelo estado de São Paulo exercendo cargos como professores ou diretores, em seu primeiro capítulo aborda um discurso acerca dos diplomados da escola normal e suas relações com a fundação de escolas no interior paulista.

No entendimento de Coan (2017) o desenvolvimento econômico favoreceu a criação de um ginásio estadual em 1896, no mesmo prédio em que funcionava o extinto Colégio Culto à Ciência. O Ginásio do Estado de Campinas proporcionou a continuidade dos estudos para um grupo bastante heterogêneo da sociedade composto por pessoas de diversas camadas sociais e estrangeiros, sobretudo italianos.

A Escola Normal de Campinas também foi tema da tese de Pinheiro (2003), que relata as perspectivas da República em relação à educação, sobretudo quanto à educação básica, e fortalece que parte da sociedade almejava um papel para a educação, que era de levar formação moral aos alunos, promovendo a participação dos mesmos em uma sociedade organizada politicamente. Existe, neste discurso, a participação de cafeicultores junto com uma camada de intelectuais paulistas na promoção da educação na República que se construía.

Furtado (2007) argumenta sobre o movimento a favor da criação de novas escolas primárias e normais e, estabelece a relação entre interesses políticos e a economia cafeeira. O trabalho de Furtado baseia-se na fundação da Escola Normal de Ribeirão Preto, sendo esta a terceira escola normal no Estado de São Paulo e as relações

Outro importante trabalho a respeito da formação de uma escola normal de São Carlos é o de Jambersi (2014), nesse trabalho a autora posicionou a formação econômica cafeeira e a invenção da tradição bandeirante com relação aos debates a respeito das origens das escolas normais e o projeto republicano de educação.

Para dar conta das preocupações da pesquisa do processo de institucionalização do ginásio do Estado em Tatuí e a cultura escolar e suas representações presentes nos anos seguintes à fundação do Ginásio, esta pesquisa baseará em conceitos de cultura em Forquin (1993). Para esse autor são dois os termos importantes a serem identificados, primeiro a respeito de uma cultura da escola, em que representa um conjunto de características do cotidiano escolar, rituais e valores e, segundo, para a cultura escolar afirma que se trata do conjunto de saberes que compõe a base de conhecimentos onde acontece o trabalho de docentes e discentes.

No entendimento de Forquin (2000) a cultura escolar é uma cultura geral, baseada em saberes geradores, organizadores e integradores, portanto, trata-se de uma cultura aberta e flexível, estendendo-se sem limites.

É importante notar que o autor divide, portanto, a cultura em dois aspectos, a cultura escolar e a cultura da escola, todavia, em uma análise de Silva (2006, p. 206) há uma importante consideração

Seja cultura escolar ou cultura da escola, esses conceitos acabam evidenciando praticamente a mesma coisa, isto é, a escola é uma instituição da sociedade, que possui suas próprias formas de ação e de razão, constituídas no decorrer da sua história, tomando por base os confrontos e conflitos oriundos do choque entre determinações externas a ela e as suas tradições, as quais se refletem na sua organização e gestão, nas suas práticas mais elementares e cotidianas, nas salas de aula e nos pátios e corredores, em todo e qualquer tempo, segmentado, fracionado ou não.

Os elementos da cultura, segundo Forquin (2004), não contêm necessariamente homogeneidade, podendo vir de diversas fontes e obedecer a regras de criação e de desenvolvimentos distintos. Desse modo, a cultura escolar encontrado no Ginásio do Estado em Tatuí formou-se a partir de características específicas, portanto, diferente de outras instituições escolares do mesmo período.

Tanto quando Forquin, identificar todas as atividades que envolvem a fundação de uma instituição escolar é, sem dúvida, um trabalho muito complexo. Sobre isso Nosella e Buffa (2005, p. 355) afirmam que

[...] por mais sedutoras que sejam essas pesquisas, não se pode admitir que a descrição pormenorizada de uma determinada instituição escolar deixe de levar o leitor à compreensão da totalidade histórica. A principal dificuldade reside exatamente aí: conseguir evidenciar, de forma convincente, o movimento real da sociedade. Abordar essa totalidade histórica exige a adoção do método dialético e sua aplicação habilidosa, sem prejuízo das contribuições de novas tecnologias, porque a dialética pressupõe [...] a descrição do singular.

Pesquisar no campo da história da educação também é se envolver no campo social, uma vez que as instituições escolares estão relacionadas com o contexto histórico do local onde estão inseridos, portanto, há necessidade de compreender a história local. Para Rodriguez (2008, p. 23)

É imprescindível desvendar os interesses de classe e as lutas travadas pelas elites regionais e nacionais presentes no âmbito das disputas pelo controle ideológico do aparelho escolar, bem como apreender os movimentos e concepções educacionais presentes, tanto nas definições das políticas quanto nos modelos de organização pedagógica das instituições.

Para responder às questões da pesquisa foi realizado uma melhor verificação da legislação educativa em vigência no período estudado e fiz um comparação com as reportagens de jornais sobre o movimento “pró gymnasio” e sobre o período pós fundação do ginásio, dessa forma a pesquisa poderá indicar quais foram as perspectivas da população em relação à fundação do ginásio em relação aos objetivos que visavam alcançar e, com essa informação, comparar com quais foram os resultados reais desta instituição para a cidade de Tatuí. Outra proposta é apresentar, com esses documentos, a trajetória da instituição com as propostas educativas no período posterior à sua fundação e como a sociedade absorveu essas mudanças.

Ragazzini e Vieira (2001) declara que o caráter de uma pesquisa está associado à interpretação das fontes e estas não falam por si. As fontes são interrogadas a partir das lentes do historiador, assim, como testemunha do passado, é possível reconhecer os processos materiais e culturais através dos signos e sinais atribuídos aos documentos encontrados pelo pesquisador. Por isso, o levantamento das fontes está relacionado às diferentes partes da pesquisa, assim, faz-se necessário o uso gradual das fontes para que a pesquisa se desenvolva dentro de um contexto coerente e dinâmico.

Conforme Evangelista (2008) a seleção das fontes depende de diversas situações, como a existência ou não dos documentos, o acesso aos mesmos, sendo que muitas fontes podem estar em locais distintos ou com disponibilidade somente a partir de agendamento prévio. E, também, enfatiza que a dificuldade de encontrar os documentos existe pelo fato que nem sempre há uma estrutura adequada para armazenagem ou que não é dado o devido valor aos documentos antigos.

Os documentos, para Evangelista (2008), são resultados de seleção, análise, recomendações, e expressam intencionalidade, valores e discursos. Portanto, escolher os documentos ideais para a pesquisa é apenas o primeiro passo, em seguida cabe ao pesquisador interrogá-los adequadamente para alcançar os resultados desejados.

Desse modo, a idealização do ginásio em Tatuí associa-se com o que Monarcha (1999) observou em São Paulo, em que a cidade teve mudanças na estrutura urbana e, com o apoio do dinheiro de cafeicultores, industriais e comerciantes promove-se transformações sobre o signo do progresso republicano. No caso de Tatuí, com industrialização tardia, grande influência agrícola e população em crescimento, os ares republicanos colaboraram para se pensar no progresso na educação através da criação de novas escolas.

A industrialização e o contexto político a partir dos anos 1930 colaboraram para a formação de novas instituições escolares. De acordo com Diniz (2017) até 1930 o estado de São Paulo contava com apenas três ginásios públicos. No ano de 1940 o número de ginásios estaduais passou para 41 em todo o estado de São Paulo. Além do papel político na criação das escolas, havia a representatividade para a população de melhores condições de vida, uma vez que o acesso à educação estava restrito aos grupos escolares.

Para esta pesquisa os seguintes documentos serão analisados, estes documentos apresentam dados que dialogam com as questões sobre a fundação da escola e como acontece a institucionalização da mesma no decorrer dos primeiros anos após sua fundação.

- Lei nº 1.750, de 08 de dezembro de 1920 que *Reforma a Instrução Publica do Estado*.
- Lei nº 2.017, de 26 de dezembro de 1924 que *Cria Gymnasios em Taubaté e Tatuhy*.

- Decreto nº 4.166, de 31 de dezembro de 1926 que *Manda executar nos ginásios do estado o regimento interno que este acompanha.*
- Decreto nº 10.044, de 7 de março de 1939 que *Crea uma Escola Normal Oficial em Tatuí.*
- Decreto nº 16.322, de 16 de novembro de 1946 que *Dá a denominação de "Barão de Suruí" ao Colégio Estadual e Escola Normal de Tatuí.*
- Lei nº 2.223, de 7 de agosto de 1953 que *Transforma a Escola Normal "Barão de Suruí", de Tatuí, em Instituto de Educação e dá outras providências.*
- Lei nº 9.352, de 16 de maio de 1966 que *Autoriza a Fazenda do Estado a receber, em doação, da Prefeitura Municipal de Tatuí, imóvel situado naquele Município.*
- Documentos da Escola Estadual Barão de Suruí.
- Dados da Fundação SEADE.
- Anuário do Ensino de São Paulo.
- Reportagens de jornais locais e seus respectivos acervos, como O Progresso de Tatuí, Jornal de Tatuhy, Comarca de Tatuhy e Jornal Integração.

Para dar conta dessas preocupações de pesquisa o texto foi dividido da seguinte forma. No primeiro capítulo “as vicissitudes econômicas e política da cidade de Tatuí a partir do final do século XIX”. O objetivo deste capítulo é identificar as fases de desenvolvimento da cidade, desde sua fundação e elevação às categorias de vila e cidade, apresentando brevemente as transformações urbanas, mobilidade rodoviária e ferroviária e a expansão da camada política municipal para os níveis estadual e federal. Será analisado a influência política na promoção da viabilidade operacional para a instalação de indústrias, concorrido no final do século XIX. A partir da presença de diversas indústrias, analisa-se de forma sucinta os apoios financeiros e políticos para a cultura e para o desenvolvimento urbano. Por fim, a participação das indústrias no financiamento de escolas e suas influências nas decisões políticas acerca da educação. No segundo capítulo “o Ginásio do Estado de Tatuí”. Neste capítulo foi analisado como ocorreu a mobilização social para criar o primeiro ginásio do Estado na cidade de Tatuí e as expectativas da população baseado nos modelos de educação existentes no período conhecido como República Velha. Mais adiante apresenta-se as políticas educativas na Era Vargas que colaboraram para que o projeto do Ginásio do Estado de Tatuí saísse do papel e as influências que teve, também, nas cidades próximas. Neste sentido,

analisa-se as mudanças ocorridas nos planos nacionais de educação e a situação do Ginásio do Estado de Tatuí, que se transformará em Escola Estadual e Escola Normal Barão de Suruí para atender às novas políticas educativas do período. No terceiro capítulo “a cultura escolar na Escola Estadual Barão de Suruí”. Neste capítulo foi exposto e discutido como a cultura escolar ultrapassou os muros da instituição e como repercutiu aos olhos da sociedade, assim como, quais foram as identidades criadas para representar os alunos que estavam ali matriculados. Analisando a cultura escolar, propomos identificar o “ideal de aluno” esperado pela sociedade e pela escola por mais de três décadas.

2 AS VICISSITUDES ECONÔMICAS E POLÍTICA DA CIDADE DE TATUÍ A PARTIR DO FINAL DO SÉCULO XIX.

O objetivo deste capítulo é identificar as fases de desenvolvimento da cidade, desde sua fundação e elevação às categorias de vila e cidade, apresentando brevemente as transformações urbanas, mobilidade rodoviária e ferroviária e a expansão da camada política municipal para os níveis estadual e federal. Será analisado a influência política na promoção da viabilidade operacional para a instalação de indústrias, concorrido no final do século XIX. A partir da presença de diversas indústrias, analisa-se de forma sucinta os apoios financeiros e políticos para a cultura e para o desenvolvimento urbano. Por fim, a participação das indústrias no financiamento de escolas e suas influências nas decisões políticas acerca da educação.

2.1 Breve histórico do município e a formação industrial.

A cidade de Tatuí surge no início do século XIX a partir de um pequeno povoado cujas pessoas estavam unidas na busca de terras para subsistência e obtenção de recursos que, segundo Holanda (1966), era característica de um processo de povoamento de muitas cidades do interior de São Paulo, assim como movimentos de grupos religiosos tanto de jesuítas como de carmelitas, busca por metais como ouro e prata e trabalho rural principalmente de subsistência.

Em 1822 foi criada a freguesia de Nossa Senhora da Conceição Tatuí no município de Itapetininga pelo alvará de 05 de março, no ano de 1824, na 5ª sessão da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, realizada em 17 de novembro, lia-se uma representação dos habitantes da Freguesia de Tatuí que solicitava a demarcação de um quarto de légua em quadra, afim de edificarem suas casas, para se recolher durante as atividades religiosas e realizar outras atividades. Na mesma representação informava-se que as terras pertenciam ao Hospício do Carmo da Villa de Itú e que somente o terreno para a construção da igreja foi cedido aos habitantes e, as demais terras, deveriam ser compradas pelo povo, conforme ata publicada nos Documentos Interessantes para A História e Costumes de São Paulo, vol. 86 (1961). Este foi o primeiro passo para a formação de Tatuí e organização dos povoados circunvizinhos, como: o povoado do São João do Bemfica, da fazenda do Paiol, da sesmaria de

Pederneiras e da fazenda Água Branca, todos se vinculam ao povoado da fazenda do Tatu como bairros da recém fundada freguesia.

Em 1844, a lei Imperial nº 12 eleva a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Tatuhy ¹para a categoria de vila, mantendo o nome Tatuhy. Esta elevação garantia a Tatuí maior autonomia administrativa em relação à sua antiga sede, a vila de Itapetininga. Uma obrigatoriedade para que uma freguesia seja elevada à categoria de vila era que possuísse, além da Igreja, uma cadeia, uma câmara e um pelourinho, o parecer 46-106 de 1846 confirma o aluguel de casas para a Câmara e para a Cadeia. A elevação para a categoria de cidade acontece em 1861 aprovada pela lei nº 13, de 20 de junho, fazendo com que Tatuí tivesse a partir desse momento, um juiz de paz.

A partir dessa mudança de categoria uma série de situações colaboraram para o desenvolvimento econômico local. Segundo um relatório da Assembleia Legislativa da Província (SÃO PAULO, 1872) aponta que o Governo de São Paulo investiu um total de 3,877:506\$122, entre 31 de junho de 1863 e 1 de julho de 1871, para obras públicas em diversas cidades da província. Dentre as beneficiadas estavam Tatuí e Porto Feliz com a quantia de 11:858\$500 para a construção de uma estrada que ligava as duas cidades com o objetivo de ampliar as relações comerciais entre as duas cidades, contudo, as pontes sobre os rios Tatuí e Sorocaba, iniciadas em 1846, ainda não haviam sido concluídas, para isso, foi autorizado uma quantia de até 2:000\$000 para que as obras fossem finalizadas e pudessem atender às estruturas da nova estrada. Além da estrada Porto Feliz-Tatuí, outra importante obra foi a estrada que ligava Sorocaba a Botucatu. Esta estrada foi construída em dois projetos, o primeiro deles uma estrada que ligava a cidade de Tatuí à Botucatu e o segundo projeto é de outra estrada que ligava Tatuí a Sorocaba.

Com estas estradas, Tatuí encontrava-se em posição central no caminho de cidades como: Porto Feliz, com importante acesso à parte navegável do rio Tietê; Botucatu, como ponto de entrada para a região central de São Paulo e, também, com acesso à Mato Grosso; Itapetininga, que garantia acesso também às cidades do Vale do

¹ A grafia encontrada nas atas da Câmara Municipal o nome da Freguesia consta como Nossa Senhora da Conceição de Tatuhy. Era comum identificar um santo(a) padroeiro(a) da freguesia, devido a influência do catolicismo. O sufixo /hy/, em tupi-guarani, significa 'rio de', assim, o significado da toponímia é Rio dos Tatus. No ano de 1844, com a lei nº 12, ocorreu a elevação da freguesia para a categoria de vila, suprimindo o nome. Com a reforma ortográfica ocorrida em 1922 o uso do sufixo /hy/ em palavras de origem tupi foi substituída por /í/.

Ribeira, como Itapeva, Apiaí e Registro e, a partir destas, ao Paraná, além da cidade de Sorocaba, importante centro comercial naquele período.

Uma análise dos dados estatísticos que fazem parte da compilação do censo imperial de 1872 por Bassanezi (1998), aponta que haviam grande diversidade nos tipos de produção em que a população economicamente ativa na cidade de Tatuí estava inserida, embora o trabalho agrícola ainda fosse a principal fonte empregatícia, principalmente com a expansão do café e do algodão no interior de São Paulo.

Tabela 1 - Atividade econômica em Tatuí - 1872

Atividade	Número de Trabalhadores	
	Livres	Escravos
Advogados	2	0
Artistas	168	12
Assalariados (criados/jornaleiros)	382	153
Capitalistas	52	0
Comerciantes	197	0
Costureiras	445	60
Domésticos	837	115
Empregados públicos	6	0
Juízes	5	0
Manufatureiros	30	0
Marítimos	10	2
Médicos	7	0
Militares	65	0
Oficiais de Justiça	10	0
Parteiros	11	0
Procuradores	13	0
Professores	2	0
Seculares (religiosos)	5	0
Operários	-	-
Metals	40	8
Madeira	73	18
Tecidos	217	31
Peles e couro	31	21
Vestuário	19	1
Calçados	55	3
Trabalhadores rurais	-	-
Criadores	155	0
Lavradores	8.617	429
Sem profissão	2.331	276
Total	13.785	1.129

Fonte: BASSANEZI, Maria Silva Casagrande Beozzo. **São Paulo do Passado**: Dados demográficos 1890. Disponível em: <<http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/censos.php>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

Os dados do censo imperial de 1872 apresentados na Tabela 1 mostram a cidade de Tatuí como sendo predominantemente agrária, embora existisse uma quantidade

significativa de operários, comerciantes e trabalhadores domésticos. Algo que não mudará substancialmente nos anos seguintes. Concomitante ao aumento da atividade industrial², algumas indústrias serão as principais responsáveis por influenciar as mudanças nas estruturas urbanas durante as próximas décadas.

O desenvolvimento da cidade de Tatuí possuía relações diretas com a produção agrícola, principalmente café e algodão, sem contar com uma variedade de gêneros alimentícios diversos, tanto agrícola quando pecuária, que atendiam as necessidades dos habitantes. Os próprios donos do algodão foram responsáveis pela implantação das primeiras indústrias têxteis e, portanto, por oferecer uma nova forma de emprego. Sobre a influência indústria das têxteis que acontece ainda no final do período imperial, não apenas as novas relações de trabalho são visíveis, mas também a abertura de acessos de locomoção. Enquanto as estradas ainda estavam em execução, em 1875 quando foi protocolado um requerimento de número CJ75-025 junto à Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, solicitando que o ramal da estrada de ferro Sorocabana prolongasse até o município de Tatuí tendo como proposta a aceleração do escoamento da produção industrial e manufatureira já em plena atividade, assim como, da produção algodoeira, que também atendia outras unidades fabris, principalmente na capital. Sobre este requerimento identificamos, também, a esperança de progresso para o município e justifica

O município contem em si elementos visíveis de prosperidade: população não inferior a vinte mil almas; é centro do movimento comercial de diversos municípios e ainda é o ponto de partida das relações entre os municípios de Sorocaba, Itapetininga, Botucatu e outros (SÃO PAULO, 1875).

Em sequência ao projeto da estrada de ferro, em 1881 um pedido do Tenente-coronel Lucio José Seabra solicitou o privilégio de construção de um ramal entre Tatuí e Bacaetava (SÃO PAULO, 1881), a previsão era que a estrada de ferro fosse concluída no prazo de três anos e que atraísse novos benefícios, principalmente para a indústria. A partir da conclusão desse ramal, outro ramal seguiria de Tatuí em direção à Apiaí, no Vale do Ribeira. Importante informar que neste mesmo pedido autoriza a contratação, além de Lucio José Seabra, de Bento Pires de Campos e João Guedes Pinto

² As atividades identificadas como industrial no final do século XIX, caracterizavam-se como atividades manufatureiras, onde as transformações de produtos primários eram as principais tarefas. Com a ampliação das atividades fabris, observaremos a implantação de máquinas não movidas manualmente na última década do século XIX, como é o caso das fábricas pertencentes à família Guedes Pinto de Mello.

de Mello, membros de duas famílias responsáveis pela ampliação das indústrias na cidade e, agora, responsáveis pela ampliação da malha ferroviária da Sorocabana partindo de Tatuí.

Segundo dados de Bandeira Junior (1901), nas décadas de 1880 e 1890 foram fundadas diversas fábricas e manufaturas, como: Fábrica de Fiação e Tecidos São Martinho, Grande Olaria a Vapor Martinho Guedes, Fábrica a Vapor de São e Oleos Victoria, Grande Serraria a Vapor, todas estas de propriedade da família Guedes Pinto de Mello, família que tradicionalmente cultivava algodão em Tatuí desde a primeira metade do século XIX. Inicialmente estas fábricas empregava pouco mais de 400 funcionários, todos contando com benefícios de atendimento médico e farmacêutico gratuitos. Estes benefícios foram responsáveis para colocar estas oportunidades de trabalho como muito atrativas para os moradores do município, atraindo muitas pessoas do campo para a cidade.

De acordo com Costa (2015), ainda no final do século XIX, sobre os auspícios da família Campos, entraram em funcionamento outras fábricas nesta cidade, como: a Tecelagem Campos Irmãos, a Fiação Santa Izabel, além da Fábrica de Fósforos Palmyra & Vanni e da fábrica Chapéus Sendero, alavancando ainda mais produção industrial local e propiciando migração de grande parte da população rural em direção à zona urbana.

Conforme apontamentos de Blay (1985), no final do século XIX as fábricas ainda não possuíam vilas operárias em seu entorno, uma vez que estavam localizadas dentro do limite urbano da época, somente no início do século XX a primeira vila operária é formada ao redor da fábrica São Martinho, a qual passará a contar também com o benefício da energia elétrica a partir de 1915.

Bassanezi (1999) apresenta os dados do censo 1890 no qual Tatuí possuía 24.774 habitantes. Não existem dados de quantos destes habitantes são naturais e quantos são migrantes, mas este crescimento populacional acontece, coincidentemente, no mesmo momento em que a indústria se instala na cidade de Tatuí³. Portanto, a indústria pode ter sido responsável por atrair novos moradores para a cidade. Em comparação com as cidades vizinhas a taxa de crescimento populacional acontece na seguinte proporção:

³ O censo de 1890 informa que dos 24.774 habitantes da cidade de Tatuí, apenas 338 eram estrangeiros.

Tabela 2 - Taxa de crescimento populacional - 1872-1890

Cidade	Taxa 1872-1890
Itapetininga	-2,28
Guareí	-0,34
Porto Feliz	0,40
Sorocaba	1,11
Tatuí	4,06

Fonte: BASSANEZI, Maria Silva Casagrande Beozzo. **São Paulo do Passado**: Dados demográficos 1890. Disponível em: <<http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/censos.php>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

De acordo com Medina (1994) as fazendas e as diversas fábricas pertencentes à família Guedes Pinto de Mello foram responsáveis por gerar empregos e nas zonas rural e urbana e, também, promoveu melhorias nas estradas da região, com o objetivo de agilizar a logística tanto do algodão quanto dos produtos manufaturados e industrializados e, conseqüentemente, o escoamento da produção para a capital.

Com o desenvolvimento industrial já superado sua fase de implantação, o município recebeu inúmeras pessoas na zona urbana, a Câmara Municipal solicitou verba para serviços de água, esgoto e iluminação pública, que foi concedida com o decreto federal de número 41, de 1892 (BRASIL, 1893), atitude que se tornou comum nos primeiros anos da República. As instalações água e esgoto aconteceram em Tatuí, primeiramente, ao redor das fábricas, locais de grande atividade e movimento populacional, em seguida estendendo para a região central da cidade.

Esta dinâmica na economia urbana foi similar àquela que foi observada por Baddini (2002, p. 183) em que descreve

Na década de 1880, com as novas expectativas econômicas trazidas com a ferrovia em Sorocaba, os investimentos foram direcionados para outras atividades urbanas. Foram instaladas na cidade casas especializadas, tais como padarias, confeitarias, charutarias, depósitos especiais de produtos importados de outras províncias e da Europa, casas de comissões que lidavam com a expedição de mercadorias pela estrada de ferro. Também proliferaram, gradualmente, as manufaturas e fábricas, que aproveitavam a proximidade com a estrada de ferro para conquistar novos mercados e expandir a produção.

A partir da última década do século XIX, Tatuí passou por transformações importantes na estrutura urbana e as indústrias serão responsáveis por influências nos aspectos econômicos e culturais na cidade, assim como na educação, que ocorreu a

fundação de dois grupos escolares e de diversas escolas situadas nas áreas rurais. Com desenvolvimento urbano e o entendimento da população sobre a importância das escolas no início do período republicano será o ponto inicial para o movimento em prol do Ginásio do Estado na segunda década do século XX. Estas mudanças estão alicerçadas em obras públicas diversas, cultura e, principalmente, na expansão da educação municipal para bairros periféricos e para os distritos que pertenciam a Tatuí.

2.2 Contribuições para a cultura e sociedade.

A cidade de Tatuí no início do século XX era muito dinâmica, com a migração da população rural para a zona urbana isso se torna evidente. As manifestações culturais ganharam grande destaque nas próximas décadas, principalmente na música, que fez parte não só das noites da cidade, mas também nas igrejas, escolas e no teatro.

No aspecto cultural, Tatuí contou com a presença da música desde meados do séc. XIX. Em relação à cultura, Diniz (2015) afirma que a música se fazia presente na cidade por causa do desenvolvimento do município, ocorrendo eventos não apenas em dias de festas ou atividades religiosas, mas em noites comuns onde as bandas circulavam pelas ruas animando os moradores.

Nas palavras de Diniz (2015) eram muitos os espaços utilizados para o encontro dos músicos e bandas, seja para suas apresentações, composições ou apenas debates, alguns espaços se destacaram ao afirmar que

A Praça da Matriz, a Escola “Barão de Suruí” e a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, foram de grande importância para o desenvolvimento das atividades musicais de Tatuí e para o ensino musical e o desenvolvimento de importantes músicos e compositores como Octávio “Bimbo” Azevedo, João Del Fiol e Nacif Farah. Também os cinemas, que iniciaram suas atividades como cinema mudo, demandavam a contratação de bons músicos para a formação de orquestras que iriam executar trilhas sonoras de seus filmes e, proporcionavam mais uma modalidade de acesso da população às atividades musicais (DINIZ, 2015, p. 113).

Diniz (2015) conclui que muitas bandas tinham grande influência da cultura regional, depois, com a presença de imigrantes europeus, novas técnicas foram incorporadas. Como resultado também aparecem no contexto cultural uma miríade de novos instrumentos, antes não utilizados pelos músicos e pelas bandas locais, inclusive

há incentivo ao ensino de música e canto orfeônico ganhando destaque tanto no Grupo Escolar quanto no Ginásio do Estado.

A música tornou-se uma cultura fortemente estabelecida na cidade de Tatuí, segundo Delarole (2010) as bandas estavam presentes em diversos momentos históricos da cidade, como inaugurações de espaços ou prédios públicos, eventos cívicos e religiosos, posses políticas e visitas de autoridades, presente até mesmo em outras cidades do estado de São Paulo e Rio de Janeiro.

Em 1913 foi inaugurado o Teatro São Martinho, patrocinado pela família Guedes Pinto de Mello, nele diversas apresentações teatrais e musicais foram apresentadas e, conforme Delarole (2010) impulsionou as produções culturais em Tatuí e fortaleceu a identidade e reconhecimento da população em torno das manifestações musicais e ofereceu local propício para apresentações de diversas bandas, inclusive as escolares.

Conforme apresenta Delarole (2010, p. 37)

O grande desenvolvimento musical de Tatuí, onde havia uma idealização artística e sua realização por uma parcela da população, tomou impulso no início do século XX, mais precisamente na década de 1920, raridade para a época e realidade brasileira, quando tínhamos uma classe média tímida e provinciana, elite governante completamente alheia a questões políticas e culturais, população rural miserável e ex-escravos marginalizados.

Foi neste contexto histórico que se encontrou algumas transformações na cultura tauiana, a partir de um panorama artístico musical reuniam-se diversas pessoas. Comumente apenas os homens participavam dos grupos musicais, contudo, em Tatuí foi comum a presença de mulheres e jovens, assim como, não havia preconceito quanto à origem das pessoas. Em um mesmo espaço estavam brasileiros, europeus e seus descendentes e afrodescendentes, formando uma identidade de pertencimento a um grupo. Foi dessa maneira que inúmeras pessoas passaram a se identificar como membros da sociedade tatuiana, sem se importar com qual camada econômica pertenciam. Durante os festivais, todos eram colocados em pé de igualdade.

A fundação do Ginásio do Estado, na década de 1930, junto com a dinâmica da cultura musical de Tatuí, atrairá professores de música de diversas cidades, como o professor Nassif Farah, vindo de Capivari para lecionar música e canto orfeônico e que contribuiu, junto com outros personagens, para o desenvolvimento cultural do município.

2.3 As escolas e grupos escolares em Tatuí.

Quanto a história do ensino público brasileiro tem-se que identificar o momento pós Proclamação da República como um divisor de águas. De acordo com Saviani (2005) são dois momentos importantes para a história da educação no Brasil, o primeiro deles entre 1549 e 1890 e o segundo entre 1890 e 1996. Sobre o primeiro temos a presença jesuítica (1549–1759); seguindo pelas aulas régias apresentadas pela Reforma Pombalina (1759–1827); passando por várias propostas de organização do ensino, tanto por parte dos governos provinciais quanto pelo próprio governo imperial (1827–1890), encerrando com a Proclamação da República. Estes momentos são considerados antecedentes da história das instituições escolares propriamente dita.

Logo após a implantação da república, Saviani (2005) identifica mais três momentos importantes para a história da educação pública, sendo eles: a criação dos Grupos Escolares com influência do ideal iluminista no início da República (1890–1931); a regulamentação das escolas primárias e secundárias, assim como as escolas superiores (1931–1961); e, unificação das regulamentações das redes municipais, estaduais e federais (1961–1996).

A história da educação em Tatuí pode ser apresentada desde a formação das escolas de primeiras letras em 1831 e, a respeito das instituições escolares, começa com o ideário republicano. Ao mesmo tempo que as indústrias e a agricultura de algodão e café ganham força, as escolas também ganham seu espaço no seio da sociedade tatuiana. Inúmeras escolas surgem tanto no entorno das grandes fazendas quanto na zona urbana, no primeiro caso incentivado pela aglomeração de pessoas nas áreas de cultivo, formando pequenos bairros rurais e núcleos de povoamento e, no segundo caso, com a presença dos trabalhadores das indústrias, comércio e manufaturas.

Segundo as análises de Corrêa, Mello e Neves (1991), com a Proclamação da República aumenta a demanda da população brasileira pela educação básica, isso se dá não apenas pelo crescimento populacional relacionado, também, à grande imigração sobretudo de europeus para o Brasil, assim como o surgimento de grandes centros urbanos, principalmente nas regiões sudeste e sul.

Vale notar que Reis Filho (1995) informa que uma camada social média, composta por comerciantes, políticos e industriais paulistas tinham como anseio uma instituição escolar pública que fosse gratuita e universal, com a capacidade de formar

um cidadão autônomo e participativo tanto em suas escolhas como nos direitos políticos. Completa que vários ruralistas, como os cafeicultores paulistas tinham como prioridade seus próprios interesses, deixando a educação em segundo plano, contrariando outras camadas da sociedade.

A partir desta análise, Pinheiro (2003, p. 16) afirma que

a elite intelectual de São Paulo, em acordo com os cafeicultores, pensou um projeto liberal para a instituição de um governo republicano no país, no qual o papel da educação era levar formação moral aos indivíduos, pressuposto para a sua participação numa sociedade politicamente organizada, e também formação intelectual, para o desempenho das atividades técnicas relativas ao trabalho em geral.

O discurso de Pinheiro (2003) remete ao caso da expansão das escolas em Campinas que apresenta dois momentos diferentes. O primeiro teve como característica fundamental um debate sobre os problemas da cidade e suas possíveis soluções e, no segundo momento, houve uma mudança no discurso sobre como se aplicar a República, de maneira que não afetasse a ordem social vigente, assim, para atender as necessidades dos cafeicultores, os discursos se tornaram moderados a respeito de alguns pontos, como a educação. E considera que

Foi nesse contexto que se criou, no Estado de São Paulo, um complexo educacional que incluía inúmeras formas de organização e classificação das instituições de ensino, nos seus diversos níveis como, por exemplo: Escolas Isoladas, Escolas Preliminares, Escolas Complementares, Escolas Modelo, Grupos Escolares e Escolas Normais (PINHEIRO, 2003, p. 17).

Estas observações são válidas para contextualizar a formação de escolas na cidade de Tatuí, onde haviam tanto grandes produtores agrícolas quanto proprietários de indústrias e comércio. Com o processo de urbanização e o desenvolvimento da indústria e dos cultivos de algodão e café no final do século XIX na cidade de Tatuí, diversas escolas foram inauguradas em diversos bairros e distritos do município, a maioria das vezes por ações promovidas pelos próprios munícipes através de requerimentos e abaixo-assinados. Como exemplo, pode-se apresentar o que aconteceu em 1886, quando os residentes do bairro das Pederneiras, localizado no centro de uma fazenda de algodão, distante 14 quilômetros da cidade de Tatuí, solicitaram a criação de uma cadeira de primeiras letras⁴ para o sexo masculino que deveriam atender,

⁴ Antes da Proclamação da República era comum a presença de escolas isoladas ou de espaços educacionais com a presença de apenas um professor, o qual lecionava um conteúdo como letramento e matemática básica. Outra cadeira comum era a de Gramática, responsável pelas aulas de Latim e/ou Grego.

conforme levantamento realizado no local, cerca de 59 alunos sendo que nenhum destes sabiam ler ou escrever e, ainda, suplicam

Ora V^{as}. Ex^{as}. compreendem que a instrução primaria é o primeiro passo para o desenvolvimento social, é o primeiro elemento e o mais poderoso para o estabelecimento da bõa ordem social com a compreensão dos deveres dos cidadãos e dos direitos que à cada um assiste (TATUÍ, 1886, p. 1).

Este pedido da população não representou, necessariamente, algum tipo de ação ou movimento da população em geral em prol à educação, apenas identifica aquilo que Souza (1998) diz a respeito da invenção dos grupos escolares que, entre os últimos anos do período imperial e nos primeiros anos do início do período republicano, ocorre uma corrida para a instalação de instituições escolares em diversos pontos do território brasileiro, com o objetivo de levar as luzes do conhecimento aos analfabetos.

Pedidos semelhantes ao que houve no bairro Pederneiras também tiveram em outras localidades rurais, como no bairro dos Fragas e no bairro Aleluia, em 1889 (TATUI, 1889), ambos solicitando abertura de escola pública masculina e informando que haviam cerca de 45 meninos em idade escolar no bairro dos Fragas e de 30 a 40 meninos no bairro Aleluia, todos sem condições de se locomoverem para outros bairros rurais ou para a zona urbana, assim, a urgência da instalação de unidades escolares afim de suprir tais necessidades.

Embora diversas escolas tenham sido inauguradas em Tatuí no final do século XIX, as estatísticas censitárias informavam que dos 24.774 habitantes existentes em 1890, 9.411 eram de idade escolar e desses, apenas 2.888 eram alfabetizados (BASSANEZI, 1999). Os dados do censo indicam, portanto, que 6523 jovens em idade escolar ainda não frequentavam nenhuma instituição. Muitos jovens, principalmente dos bairros mais afastados, não tinham acesso às escolas ou não haviam vagas suficientes.

Com o aumento da população urbana na década de 1890 verificou-se a necessidade de estruturar as instituições escolares dentro dos modelos republicanos. Souza (1998) destaca a criação dos grupos escolares surge a partir de um projeto político que propunha a reunião de escolas em um só edifício apropriado, tendo a divisão de classes e uma arquitetura adequada aos estudos.

Partindo desta nova perspectiva, em 1895 ocorreu a fundação do primeiro Grupo Escolar de Tatuí que, segundo dados do Centro de Referência de Educação

Mario Covas, surgiu a partir da fusão de duas outras escolas, uma de seção masculina e outra de seção feminina. A seção masculina instalou-se em 1895 e anexou as demais escolas existentes na cidade, dois anos depois, em 1897 instalou-se a seção feminina. O Grupo Escolar de Tatuí funcionou em uma casa adaptada às necessidades escolares até 1909, quando foi inaugurado o prédio próprio, com projeto arquitetônico de Manuel Sabater.

Conforme analisa Souza (1998, p.46) “o agrupamento de centenas de crianças num mesmo edifício-escola apresentava-se como medida de racionalização de custos e de controle”, sendo assim, uma prática do governo em unificar escolas já existentes numa determinada localidade. Os grupos escolares eram compostos de 4 a 10 escolas isoladas e organizados em 4 séries.

Ao mesmo tempo que a educação se unificava no Grupo Escolar, nas áreas rurais ainda presenciava a formação de novas unidades escolares. Um exemplo é o que ocorreu em 1911, no bairro da Barreira (atual Americana), quando foi fundada uma represa hidrelétrica por iniciativa da Companhia São Martinho, a chamada Companhia de Luz e Força de Tatuí era, também, propriedade da família Guedes Pinto de Mello. Construída com o intuito de abastecer tanto suas fábricas com a energia elétrica como diversas ruas dos municípios de Tatuí, Cesário Lange, Guareí e Quadra, junto a mesma concentrou-se em suas proximidades inúmeras famílias que trabalhavam nesta represa. De acordo com Zequini (2000) a força hidráulica foi tão importante para as indústrias têxteis quanto a ferrovia.

Por iniciativa da Companhia Luz e Força de Tatuí, foi construída uma escola para atender às diversas crianças que moravam nas proximidades, tanto filhos dos funcionários quanto dos trabalhadores agrícolas, contudo não configurava um grupo escolar, apenas uma escola isolada. Conforme Souza (1998) haviam determinados critérios para a criação de grupos escolares na zona rural, tal como para alocar professores nestas escolas, como número de alunos e tempo de experiência dos professores. Dessa forma a escola fundada pela Companhia Luz e Força de Tatuí configurou-se como uma escola privada, mantida pela própria empresa como um benefício aos funcionários.

Nas análises de Capri (1913) haviam na cidade de Tatuí e seus distritos, além do Grupo Escolar, outras treze escolas estaduais, quatro municipais e uma privada. O Grupo Escolar contava com aproximadamente 450 alunos de ambos os sexos as demais

escolas com uma média de 30 alunos cada, resultando cerca de 1000 alunos matriculados.

Bessanezi (1999) indica que haviam em Tatuí, de acordo com os dados censitários de 1920, um total de 56 professores alocados tanto no Grupo Escolar quanto nas escolas rurais do município. Informa, também, do total da população de 28.125, existiam 7.075 pessoas alfabetizadas. Dentre os habitantes alfabetizados, 1.388 encontravam-se em idade escolar e ainda haviam 5.203 jovens que concluíram os estudos no Grupo Escolar, mas não existia em Tatuí um Ginásio ou Escola Normal para que pudessem dar continuidade nos estudos. No mesmo estudo soma-se 10.556 crianças e adolescentes não alfabetizados. Na mesma proporção que aumentou o número de crianças e jovens alfabetizados, houve um crescimento demográfico decorrente de intensa migração ocorrida desde o final do século XIX.

O desenvolvimento do município e a estrutura urbana formada com a presença da indústria, sobretudo as têxteis, atraíram muitas pessoas tanto das áreas rurais quanto dos municípios vizinhos. Como estas indústrias estavam instaladas dentro dos limites urbanos, configurou a necessidade de inúmeros recursos para atender a população. Com a estruturação da educação através do Grupo Escolar, convencionou-se a busca pela continuidade dos estudos, contudo, era preciso a instalação de um Ginásio. Assim, mesmo com muitas crianças e jovens fora dos muros da escola, principalmente na zona rural, criou-se uma cultura na sociedade de que o melhor caminho para o progresso no início da República era promover a expansão das escolas. Dessa forma, durante a década de 1920, uma nova proposta de educação ganhará destaque na cidade de Tatuí, a busca pela criação de um Ginásio do Estado como solução para a continuidade da educação daqueles que se formavam no curso primário.

3 O GINÁSIO DO ESTADO DE TATUÍ.

Neste capítulo será analisado como ocorreu a mobilização social para criar o primeiro ginásio do Estado na cidade de Tatuí e as expectativas da população baseado nos modelos de educação existentes no período conhecido como República Velha. Mais adiante apresenta-se as políticas educativas na Era Vargas que colaboraram para que o projeto do Ginásio do Estado de Tatuí saísse do papel e as influências que teve, também, nas cidades próximas. Neste sentido, analisa-se as mudanças ocorridas nos planos nacionais de educação e a situação do Ginásio do Estado de Tatuí, que se transformará em Escola Estadual e Escola Normal Barão de Suruí para atender às novas políticas educativas do período.

3.1 As reformas na educação na primeira metade do século XX.

Primeiramente, para compreender o movimento responsável pela criação do ginásio em Tatuí é necessário compreender em qual aspecto histórico está inserido. A década de 1920 foi um período que ocorreu inúmeras iniciativas em prol à educação, assim como diversas reformas como, por exemplo: a de Sampaio Dória, em São Paulo no ano de 1920; Lourenço Filho, no Ceará no ano de 1922; Anísio Teixeira, na Bahia no ano de 1924; e de Fernando Azevedo, no Distrito Federal no ano de 1928. Neste período a chamada Escola Nova defendeu, dentre outras coisas, a educação pública gratuita e, também, universal, ou seja, todos teriam direito à educação sem qualquer interferência da orientação religiosa que marcou o ensino desde o período da América Portuguesa.

Os planos de ensino das Escolas Normais sofreram mudanças a partir de 1913, com o Decreto nº 2.367 que visava uma educação de quatro anos tanto para o sexo masculino quanto para o feminino e abrangendo várias áreas do conhecimento como, francês, inglês, matemática (nas disciplinas de álgebra, aritmética, geometria e trigonometria), física e química, história natural (abrangendo noções de higiene, zootecnia e agricultura), pedagogia e psicologia, além de português, história e geografia, estas últimas, tanto geral quanto do Brasil. Ainda, no mesmo decreto, em seu artigo 3º, estabelecia que o ensino de quatro anos deveria atender a ambos os sexos

com pequenas adaptações no terceiro ano, na qual os alunos do sexo masculino recebiam instrução militar e as alunas do sexo feminino tinham arte culinária.

Tabela 3 - Cronograma das disciplinas das escolas normais secundárias

Seção Masculina	Lições/semana	Seção Feminina
Primeiro Ano		
Português	3	Português
Francês	3	Francês
Aritmética e Álgebra	3	Aritmética e Álgebra
Psicologia Experimental	3	Psicologia Experimental
Caligrafia e Desenho	2	Caligrafia e Desenho
Trabalhos Manuais	2	Trabalhos Manuais
Ginástica	3	Ginástica
Segundo Ano		
Português	3	Português
Francês	3	Francês
Psicologia Experimental	3	Psicologia Experimental
Geometria e Trigonometria	3	Geometria e Trigonometria
Geografia, Corografia do Brasil e Cosmografia	4	Geografia, Corografia do Brasil e Cosmografia
Caligrafia e Desenho	2	Caligrafia e Desenho
Música	2	Música
Trabalhos Manuais	2	Trabalhos Manuais
Ginástica Educativa	2	Ginástica Educativa
Terceiro Ano		
Latim e Português	3	Latim e Português
Inglês	3	Inglês
Física e Química	4	Física e Química
Pedagogia e Educação Cívica	3	Pedagogia e Educação Cívica
Métodos e processos de ensino, crítica pedagógica e exercícios de ensino	2	Métodos e processos de ensino, crítica pedagógica e exercícios de ensino
Caligrafia e Desenho	2	Caligrafia e Desenho
Trabalhos Manuais	2	Trabalhos Manuais
Ginástica	2	Ginástica
Música	2	Música
Escrituração Mercantil	3	Escrituração Mercantil
Instrução Militar	2	Arte Culinária
Quarto Ano		
Latim e Literatura	3	Latim e Literatura
Inglês	3	Inglês
Pedagogia e Educação Cívica	3	Pedagogia e Educação Cívica
Métodos e processos de ensino, crítica pedagógica e exercícios de ensino	3	Métodos e processos de ensino, crítica pedagógica e exercícios de ensino
História Natural	4	História Natural
Noções de Higiene, zootecnia e agricultura	1	Noções de Higiene, zootecnia e agricultura
História da Civilização e do Brasil	4	História da Civilização e do Brasil
Ginástica	2	Ginástica
Musica	2	Musica
Datilografia e Taquigrafia	4	Datilografia e Taquigrafia

Fonte: SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 2.367, de 14 de abril de 1913. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=135084>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

Souza (1999) afirma que o currículo estabelecido no início da República tinha como objetivo a formação física, intelectual e moral, e era organizado em diversas disciplinas, apresentando-se de forma ampla e enciclopédica. A tarefa de organizar todo o conteúdo era muito dificultosa, tendo o uso racional do tempo como instrumento ideal para ordenar as atividades escolares. O tempo se tornou referencial para determinar horários de aula, de descanso, recreação, momento de falar e de silenciar e outros tempos não normatizados.

No que se refere às ideias de Sampaio Dória, a luta contra o analfabetismo tomou corpo e pensava uma sociedade civilizada apenas se estivesse alfabetizada. Todavia, receava pela integridade da pátria e afirmava que

a alfabetização do povo é, na paz, a questão nacional por excelência. Só pela solução dela o Brasil poderá assimilar o estrangeiro que aqui se instala em busca de fortuna esquiva. Do contrário, é o nacional que desaparecerá absorvido pela inteligência mais culta dos imigrantes (DÓRIA, 1923, p. 16).

De acordo com Cavaliere (2003) o recenseamento escolar realizado durante a gestão de Sampaio Dória apontou que 70% das crianças em idade escolar não frequentavam nenhum tipo de instituição escolar. Em entendimento que o início do período republicano tinha como ideal o saber ler e escrever, este número aponta que a educação se tornou uma necessidade emergencial.

Este conjunto de reformas termina com a Revolução de 1930, que pode-se identificar como um fator determinante a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Dentre as reformas ocorridas neste período identifica-se a fundação do Conselho Nacional de Educação e os estatutos das universidades brasileiras, contudo, tais reformas não contemplariam o ensino primário.

Em 1931 entra em vigor o decreto nº 19.890 que estabelece novas diretrizes para a organização do ensino secundário em todo o território brasileiro, conhecido como Lei Francisco Campos. O ensino secundário compreenderá dois cursos seriados, sendo o fundamental e o complementar. Oficialmente, o ensino secundário reconhecido será aquele ministrado no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, nos demais estabelecimentos serão reconhecidos mediante inspeção oficial. As disciplinas de acordo com o mesmo decreto, passam a seguir a organização conforme a tabela abaixo.

Tabela 4 - Matérias do curso fundamental

Primeira Série
Português, Francês, História da civilização, Geografia, Matemática, Ciências físicas e naturais, Desenho e Música (canto orfeônico)
Segunda Série
Português, Francês, Inglês, História da Civilização, Geografia, Matemática, Ciências físicas e naturais, Desenho e Música (canto orfeônico)
Terceira Série
Português, Francês, Inglês, História da Civilização, Geografia, Matemática, Física, Química, História Natural, Desenho, Música (canto orfeônico)
Quarta Série
Português, Francês, Latim, Alemão (facultativo), História da Civilização, Geografia, Matemática, Física, Química, História Natural, Desenho
Quinta Série
Português, Latim, Alemão (facultativo), História da Civilização, Geografia, Matemática, Física, Química, História Natural, Desenho

Fonte: BRASIL, **Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931**. Disponível em:

<<http://legis.senado.leg.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=437916>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

Nas palavras de Bittencourt (1989, p. 44), o ensino secundário organizado em séries vinha de uma estrutura que já existia nas escolas confessionais. Explica, também, que a finalidade da divisão em série contribuía “para veicular os valores, a moral religiosa, enfim para que o aluno fosse educado segundo os preceitos da religião, o tempo escolar distribuído em vários anos era, sem dúvida, necessário”. Este decreto serviu de referência para surgir um conflito entre católicos e educadores, sendo os educadores os maiores defensores de uma escola laica.

Outra importante realização foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, após intensos debates com intelectuais como Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, dentre outros, foi publicado em 1932 e buscava incorporar os preceitos da escola nova à política educacional brasileira. Conforme Azevedo (1976, p. 175) foi nesse documento que

[...] lançaram-se as diretrizes de uma política escolar, inspirada nos novos ideais pedagógicos e sociais e planejada para uma civilização urbana e industrial, com o objetivo de romper com as tradições excessivamente individualistas da política do país, fortalecer os laços de solidariedade nacional, manter os ideais democráticos de nossos antepassados e adaptar a educação, como a vida “às transformações sociais e econômicas, operadas pelos inventos mecânicos que governam as forças naturais e revolucionam nossos hábitos de trabalho, de recreio, de comunicação e de intercâmbio”.

Bittencourt (1989) identifica uma proposta francesa nas propostas de Fernando de Azevedo, de um lado houve uma preocupação com a literatura e as ciências e de outro uma formação voltada tanto para uma identidade nacional quanto de consciência universal. Unindo, portanto, os ideais humanísticos e realistas, julgando ser essencial para desenvolver uma cidadania identificada com o progresso. Assim, Azevedo defendia uma estrutura curricular que estivesse relacionada com uma cultura geral, não se preocupando com qualquer preparo profissional.

Azevedo (1937, p. 443) defendia que “a civilização moderna devia ser orientada sob a nova concepção humanista”. Ou seja, independente das atividades futuras do aluno, a educação deveria ser obtida nas concepções físicas, intelectuais e morais, com o objetivo de aprimorar plenamente o aluno enquanto cidadão.

Trazendo à luz o tempo histórico em que o estado de São Paulo apresentava no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, reconhecemos onde estão os focos do debate sobre as questões da educação. Encontrava-se um processo de industrialização crescente e, mesmo com intensa migração do campo para a cidade, a agricultura ganhou muita importância no algodão e no café.

Souza (2013) reforça a ideia de que essas escolas foram responsáveis pela formação de boa parte das camadas sociais mais privilegiadas. Assim, a busca pelo ensino secundário não só possuía viabilidade para educar os jovens na própria cidade ou nas proximidades, quando nos referimos às cidades vizinhas que utilizavam do benefício da escola, mas também, representava o status social e político da cidade que sediaria tal instituição educativa.

Segundo o parecer de Souza (2009) a reforma do currículo do ensino secundário feita por Francisco Campos incomodou tanto os educadores vinculados às escolas privadas quanto alguns setores da Igreja Católica. Dentre os questionamentos sobre a reforma, pode-se destacar a redução dos estudos clássicos e a divisão do secundário em dois ciclos, sendo um de quatro anos (fundamental) e outro de dois anos (complementar). Esta divisão, particularmente, era tida como uma representação aristocrática.

Em relação às questões educacionais após a Proclamação da República, Monarcha (1999) aponta para a ideia de que a euforia republicana, com pensamentos positivistas, reorganizaram a educação a partir das extremidades, principiando pela Escola Normal e as escolas de ensino primário, seguindo para as escolas de ensino

secundário, o chamado Ginásio do Estado, e promoveu ampliações na base educacional, o conhecido Jardim da Infância.

Ainda, destaca que o ideal positivista acreditava que era através da ciência que se podia formar um modelo de cidadão completo. Monarcha (1999, p. 175) destaca que os conceitos da biologia sobre evolução adquirem contexto nas ciências sociais e apresenta o pensamento da época ao afirmar que “o transformismo das espécies biológicas estimula a interpretação das sociedades, considerando-se a humanidade como ser que evolui sob o determinismo das mesmas leis”. Assim sendo, a evolução é uma representação importante para entendermos o sentido geral dos fatos históricos e a lei do progresso.

Para Monarcha (1999) a nova organização urbana, com arquitetura renovada, se comparada com o século XIX, a crescente industrialização e a as diversas manufaturas instigam a população a buscar novas oportunidades de trabalho e, de certa forma, ter uma determinada prosperidade econômica. Para o autor, o grande número de operários não só estava concentrado em diversos bairros e vilas da capital, mas era um fenômeno que poderia ser visto em diversas cidades do interior, dentre elas: Sorocaba, Tatuí, São Roque, Piracicaba e Taubaté.

Dentro dessas discussões sobre o ensino secundário na segunda década do século XX é que surgem as ideias para a fundação de um ginásio oficial na cidade de Tatuí, que se reconhecia como uma cidade em transformação dentro dos moldes da industrialização e se posicionava a favor do desenvolvimento educacional proposto desde o início da República. O que se propunha para a cidade de Tatuí enquanto educação era compreendido com as reformas na década de 1920 e, seus resultados, que vieram com a fundação e inauguração da escola, funcionava como o proposto no período getulista.

3.2 A discussão sobre a criação do Ginásio do Estado entre 1924-1930 e corrida para a quarta posição.

Quanto à criação do Ginásio do Estado em Tatuí existe um caminho entre 1923 e 1930 que é fundamental para a discussão sobre a história desta instituição. Assim como outras escolas em Tatuí, uma petição assinada por diversos moradores do município encaminhada para o então Presidente de São Paulo, Washington Luís. Tal

petição, recusada em 1923, só foi aprovada em 1924 e propiciou a criação da lei nº 2.017, de 26 de dezembro de 1924 (SÃO PAULO, 1924), de iniciativa do deputado estadual tatuiano Laurindo Dias Minhoto e aprovada pelo então presidente de São Paulo, Carlos de Campos, que autoriza a criação de dois ginásios estaduais, um em Tatuí e outro na cidade de Taubaté, no norte do estado.

Ainda, a mesma lei apresentava a condição de que cabia ao município o dever de oferecer prédio próprio para o funcionamento do ginásio, cabendo ao governo apenas fazer as primeiras nomeações dos cargos, independente de concurso. Surgia, portanto, uma preocupação para os tatuianos: encontrar um local para a instalação da futura instituição escolar.

Além disso, a lei informava que o programa educativo do novo ginásio deveria seguir os mesmos que estavam sendo utilizados nos ginásios de São Paulo e de Campinas. Até então haviam apenas os Ginásios de São Paulo, Campinas e de Ribeirão Preto. O de Tatuí seria o quarto, assim, uma emergência para garantir a instalação antes de outras cidades, como Taubaté que previa a inauguração do ginásio antes de 1930.

A primeira proposta para a criação de novos Ginásios do Estado foi feita em 1923 para o governo de São Paulo, sendo um deles em Tatuí. Informava que havia um ginásio na capital, outros dois no interior do estado, sendo um em Campinas e outro em Ribeirão Preto e contava, ainda, com uma justificativa afirmando que

A zona da Sorocabana e da Noroeste será servida pelo Gymnasio que for installado em Tatuhy, ponto importante servido por essas estradas e centro de grande movimento industrial. A evidencia da vantagem dessas creações e que se revela no facto de não ter sido discutido o projeto com a referida emenda, parece inconstestavel. Torna completa a diffusão do ensino secundario em todo o Estado (SÃO PAULO, 1924, p. 778).

Embora reprovada no Senado de São Paulo⁵ em 1923, a proposta de criação de novos Ginásios do Estado é insistida e retomada no ano seguinte. Em nota nos Anais da Assembleia Legislativa de São Paulo (1925, p. 573), o sr. Reynaldo Porchat questionou a necessidade de mais um ginásio

Sr. presidente, esta emenda referente á criação de um gymnasio em Tatuhy já esteve aqui, no Senado, o anno passado, e foi rejeitada por grande maioria de votos. Voltando á Camara, lá foi mantida por dois terços de votos, razão por que voltou ao Senado. Sr. presidente, eu me conservo na mesma posição assumida o anno passado, isto é, entendendo que não ha razão para ser

⁵ Os Estados tiveram, a partir do Decreto Federal nº 1 de 15 de novembro de 1889, a liberdade de estruturar o poder legislativo estadual como fosse conveniente às suas realidades, assim o Estado de São Paulo assumiu o poder bicameral, semelhante ao poder legislativo federal, possuindo tanto uma Câmara dos Deputados quanto um Senado.

creado um gymnasio nessa cidade. O Congresso Legislativo do Estado, ha poucos dias, num bello surto concernente á moralização do ensino secundario e superior, votou uma lei regulando o ensino nas escolas de pharmacia e odontologia, de modo a fazer que ficassem estancados os grandes males que se derivam das escolas de Pindamonhangaba e Itapetininga.

Porchat reforça, ainda, que “si essas bancas são consituídas para examinarem em collegios particulares, por que razão se quer justificar a criação de um gymnasio em Tatuhy” (SÃO PAULO, 1925, p. 574), e completa afirmando que a cidade de Tatuí não possuía requisitos para a criação de um ginásio, uma vez que não era uma cidade com tamanho e população considerável e nem mesmo pertencia a uma região central, em que fosse possível o acesso fácil de alunos provenientes de cidades próximas. Estimava-se, ainda, que se fosse criado um ginásio em Taubaté, cuja municipalidade se dispôs prontamente a ceder um prédio para funcionamento provisório, criar outro em Tatuí iria apenas onerar o Estado de mais uma responsabilidade. Todavia, apesar de um terço da Assembleia Legislativa votar contra, em 26 de dezembro de 1924 foi aprovada a criação do novo ginásio pela lei nº 2.017.

Refletindo sobre o movimento em prol à criação do ginásio na cidade de Tatuí, uma matéria veiculada pelo redator João Padilha (1924) no jornal *Ridendo*, informava quais foram os requisitos da lei e deixa claro que caberia ao poder público assumir a responsabilidade de indicar um local para o funcionamento do ginásio, mas seria dever de toda a população apoiar a construção de um prédio próprio. Em 1925 a câmara municipal ofereceu o próprio prédio para o funcionamento provisório do ginásio, assim como, um espaço dentro do Teatro Municipal São Martinho, com o mesmo propósito. Todavia, mesmo com a liberação de espaços para o funcionamento provisório, nenhuma turma deu início às aulas.

Ainda durante o ano de 1925 iniciou um movimento de divulgação das medidas sobre a instalação desta nova instituição escolar na cidade, que ficou conhecido como pró-ginásio. Segundo o tabloide comemorativo de 80 anos da escola (RIZEK, 2011) um grupo de pessoas ficaram responsáveis pela organização das reuniões com o propósito de acelerar a fundação do ginásio, dentre elas haviam: membros da igreja, como o cônego Corrêa de Carvalho que, além do sacerdócio, tinha formação em direito e ficou responsável por redigir cartas e ofícios para as esferas políticas municipais e estaduais; industriais, como Carlos Orsi e os irmãos Silvio e José Celso de Azevedo, sendo que o primeiro doou o terreno situado na praça Fernando Prestes (atual praça

Paulo Setúbal) para a construção do prédio e os demais contribuíram com doações em material de construção e dinheiro.

No entanto, apesar de todos os esforços, o ginásio não foi inaugurado em 1925, uma nota no jornal O Progresso de Tatuhy de autoria de João Padilha (1926) convoca a população de Tatuí para uma reunião no Teatro São José com o objetivo de discutir sobre a construção do ginásio. Nesta reunião foram colocadas em pauta a necessidade de agilizar o início da obra e listava os materiais que estavam em falta.

A partir de então um silêncio na mídia seguiu até 1929, momento em que novos debates sobre o Ginásio do Estado surgem. Entre 1924 e 1929 muito pouco foi feito para que o ginásio se tornasse realidade em Tatuí. Os jornais não tinham nenhuma reportagem sobre a nova escola, mais parecia que o projeto havia sido esquecido ou que não teve o resultado esperado. Dá a entender que os nervos dos tatuianos se abalaram com a publicação no Correio Paulistano do Parecer nº155 de 1928 da Assembleia Legislativa de São Paulo, de autoria do deputado Alfredo Ellis, sobre a instalação do ginásio na cidade de Taubaté. Neste parecer ficou claro que havia uma corrida política para a execução da lei 2.017/24. Como a lei autorizou a criação de dois ginásios, tanto Tatuí quanto Taubaté queriam sair na frente, o texto apresenta apenas as emendas relativas à Tatuí foram aprovadas e, ainda, citava uma carta do bispo de Taubaté, d. Epaminondas D'Avila que dizia

Os que esta assignam, residentes em Taubaté, vêm solicitar de v. exc. e dos exmos. representantes dos 2.o e 3.o districtos eleitoraes do Estado todo o empenho junto ao governo e ao Congresso Estadual, para que se torne realidade a installação nesta cidade, do gymnasio official do Estado, instituição essa já consagrada em lei (SÃO PAULO, 1928, p. 6).

Nos anais da Assembleia Legislativa de São Paulo (1929, p. 1902) o sr. Rebouças de Carvalho propõe a ideia que o quarto Ginásio do Estado podia ser prontamente instalado na cidade de Taubaté, uma vez que um prédio já havia sido disponibilizado para esta finalidade desde 16 de abril de 1928. Na mesma ata Carvalho lê a carta do, então, prefeito de Taubaté, Félix Guisard, que diz

Respondendo á sua muito apreciada carta de hontem, remetti sem demora um officio confirmando o que foi enviado pela camara ao exmo. sr. presidente do Estado, em 16 de maio deste anno, pondo á disposição do governo o edificio da exAssociação Artistica e Literaria para nelle ser installado o gymnasio para que todos possam inteirar-se de que elle é perfeitamente adaptavel ao funccionamento do gymnásio.

No mesmo documento Carvalho (SÃO PAULO, 1929, p. 1902) assegurou que a população de Taubaté esteve em pleno desenvolvimento agrícola, industrial e comercial e que a cidade concorreu com os cofres públicos estaduais e federais, somente no ano de 1927, com mais de 5.000 contos de réis e, portanto, poderia ser agraciada com o ginásio estadual.

Uma preocupação entre os munícipes tatuianos entra em cena, causada pela ciência da mobilização de Taubaté. A cidade de Tatuí poderia perder a oportunidade de ter aquele que viria a ser considerado o quarto ginásio estadual em suas terras e a chance de possivelmente entrar em evidência na história da educação no Estado de São Paulo. Já haviam ginásios em São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto, ter a oportunidade de divulgar que o quarto ginásio a ser instalado seria nestas terras foi uma estratégia política que mobilizou toda a população da cidade. Um telegrama endereçado ao então presidente⁶ de São Paulo, Júlio Prestes reforçou o reconhecimento dos tatuianos pelo empenho para o início das obras. Este telegrama se transformou em um panfleto em 06 de maio de 1929 e foi distribuído para a população. Anunciava para os chefes de família a brevidade da instalação dizendo que

Não é um sonho, uma utopia, mas a pura realidade. O Gymnasio, em apreço, vem satisfazer a uma velha, amadurecida aspiração do adiantado povo desta terra. Para serdes coerentes com as vossas nobres e patrióticas aspirações de pais amorosos, amparando vossa prole com o manto protector da felicidade, que é a instrucção, faz-se mistér que desde já prepareis vossos queridos filhos para os exames de admissão no Gymnasio.

A semana pró-ginásio ganha novo fôlego, desta vez, com intensa divulgação de uma notícia de que o quarto ginásio oficial do Estado seria o de Tatuí, não o de Taubaté. Os organizadores do evento fizeram ampla divulgação convidaram jornalistas, políticos, industriais e membros das igrejas para discursarem. O jornal Correio Paulistano (1929, p. 9) divulgou uma matéria sobre a semana pró-ginásio que aconteceu em diversos pontos da cidade, reunindo uma grande quantidade de pessoas, inclusive dos distritos e das cidades vizinhas.

De acordo com o jornal Correio Paulistano (1929) todas as sociedades recreativas aderiram ao movimento da Semana Pró Ginásio e disponibilizaram seus salões para que fossem realizadas diversas palestras, organizadas pelos representantes do evento. No Club Tatuhyense, o mais antigo da cidade, os palestrantes dr. Chichôrro

⁶ No poder executivo estadual não havia o cargo de governador, mas o de Presidente do Estado.

Netto, ex-promotor de Tatuí, cônego dr. João Corrêa de Carvalho e a professora Palmyra Castanho Flores discursaram sobre a fundação do futuro Ginásio Oficial do Estado. Ainda, no Club Recreativo ocorreu duas palestras, uma proferida pelo dr. Laurindo Minhoto Junior e outra pela professora Maria José Menezes.

Além destas sociedades, o jornal Correio Paulistano (1929) apresentou sobre duas conferências realizadas na Sociedade Italiana, das quais, a primeira foi de Oscar Augusto Silveira da Motta que discursou sobre os benefícios do ginásio quando estiver em funcionamento, a segunda foi proferida pelo dr. Chichôrro Netto, repetindo as palavras ditas no Club Tatuhyense. No Club Operário, o padre Joaquim Antônio do Canto discursou sobre o princípio de solidariedade sob o ponto de vista filosófico e sobre a importância do ginásio para a educação regional. Após o pronunciamento do padre Canto houve a fala do senador dr. Laurindo Minhoto, responsável pela iniciativa da proposta de criação do Ginásio em Tatuí.

Conforme o jornal Correio Paulistano (1929), o Centro América cedeu espaço para o discurso do sr. Sylvio Azevedo que apresentou o histórico do ginásio desde a aprovação da lei 2.017/24 até aquele momento. No Club 13 o jornalista João Padilha discursou, no dia 13 de maio, sobre a abolição dos escravos e fez um resumo histórico da Lei Áurea e, também, descreveu como os trabalhos da Semana Pró Ginásio estavam ocorrendo e sobre seus benefícios para informar corretamente a população sobre a instalação do ginásio e, finalmente, afirmou que as aclamações populares estavam sendo enviadas aos representantes do distrito e ao presidente do Estado de São Paulo.

Os trabalhos da “Semana pró Gymnasio”, porém, não se limitaram às sociedades, porque empolgou a alma tatuhyense, tornando-se os comentarios relativos á próxima installação do gymnasio, o assumpto obrigatório de todas as reuniões. Assim é que, além das conferencias mencionadas houve outras na praça publica, no Theatro S. José, nas egrejas e na Camara Municipal. O sr. Pedro Voss Filho fez a sua conferencia no coreto da praça Coronel Fernando Prestes, que é o logradouro publico principal desta cidade. Nem se sabe de onde veiu tanta gente para encher uma grande praça inteira. É verdade que o entusiasmo provocado pelas palestras da “Semana pró Gymnasio” não ficou adstricto á cidade, alastrou-se pelo municipio todo e pela comarca, tendo vindo muitas pessoas de fora para assistir ás conferencias. Como os demais oradores, o sr. Pedro Voss Filho foi muito applaudido. No Theatro S. José, falou o sr. Silvio Azevedo, que durante um festival de beneficencia, explicou a razão de não haver mais pessimistas entre nós estando todos crentes e convictos da installação do gymnasio. O assumpto empolgou a todos, penetrou em todos os lares, não ficando surda ao clamor nem mesmo a Casa de Deus. Na matriz local, estando em substituição ao vigario, falou sobre o assumpto o conego dr. Corrêa de Carvalho, que mostrou aos fieis, baseado na Historia, que a sciencia deve o seu progresso actual quasi que exclusivamente á Igreja

Romana, pois as diversas derrocadas das civilizações, os postulados científicos têm se obrigado á sombra dos conventos. Tambem na Igreja Presbyteriana orou o ministro prof. Pedro Alberto Rodrigues, que estudou as bases da crença de sua Igreja, desde a Reforma, para concluir que o protestantismo não é contrario á instrução, antes, tem propagado a educação científica de par com a religiosa. Em todos os logares, não será demais reafirmar, a concorrência “excedeu de muito á expectativa”, com se dizia antigamente. Solidaria com todo o movimento que se intensificava em favor do Gymnasio, a Camara Municipal realizou uma sessão solenne extraordinaria sob a presidencia do sr. Firmo Vieira de Camargo. Ás 12 horas do dia 12 do corrente, o sr. presidente declarou aberta a secção, e após as formalidades legais, foi dada a palavra ao vereador dr. Gualter Nunes que, intelligente como é, poz a questão em seus verdadeiros termos, pois oficialmente declarou que a Camara estava solidaria com o movimento, porque elle encarnava uma justa aspiração de Tatuhy. Jamais o paço municipal se viu tão cheio de pessoas, cumprindo notar ainda que estava lá, com pouquíssimas excepções, o melhor do elemento representativo social. Reina um enthusiasmo fora do commum, architectam-se planos, a cidade movimenta-se e toda a gente considera como festiva a “Semana pró Gymnasio”. Logo de inicio, foi espalhado um boletim em que se convidava o povo para as conferencias, determinando dia, logar e hora. Tal acceitação tiveram os trabalhos, porém, que foi mistér alterar o programma quasi diariamente, augmentando o numero de palestras, para attender ao povo. E de tudo tinha sciencia o publico, por meio de boletins. A cidade tomou aspecto festivo, pois em diversos pontos, atravessando as ruas, collocaram-se letreiros colossaes com os dizeres “Semana Pór-Gymnasio” e “Salve! Dr. Julio Pestes”. Sobem a muitos contos de réis as offertas espontaneas de particulares para o predio do Gymnasio, assim como se offerecem materiaes e mão de obra. Em caso de necessidade a Camara Municipal cogita de levantar um emprestimo interno, para a construcção do predio e só com essa noticia tem o sr. prefeito recebido offertas, destacando-se dentre ellas a dos srs. Vieira, grandes produtores de arroz municipio, que deixaram á disposição da Camara a importancia de 100 contos de réis, depositados na agencia do Banco Commercial do Estado de S. Paulo. A 13 do corrente, encerraram-se os trabalhos da “Semana pró Gymnasio”, com sentimentos geraes. No dia seguinte, populares se reuniram e, acompanhados de duas bandas de musica, promoveram estrondosa manifestação de apreço aos seus promotores, que são os srs. José Celso Azevedo, Oscar Augusto Silveira da Motta, Pedro Voss Filho, João Padilha e Sylvio Azevedo. A manifestação effectuou-se no Club Recreativo, e perante uma multidão de cerca de mil pessoas, orou pelos manifestantes o sr. dr. Laurindo Minhoto Junior, que foi muito aplaudido. Respondeu as saudações do dr. Minhoto Junior o sr. Sylvio Azevedo, que agradeceu ao povo.

Tais manifestações resultaram em uma ansiedade para que o prédio fosse construído no menor tempo possível e que as aulas começassem logo. A população aguardava os resultados definitivos e claros tanto divulgados na Semana pró Ginásio. Todavia, Silva (1930, p. 3) expõe uma questão política que seria a principal responsável pelo atraso da instalação do ginásio, que estava proposto desde 1924, ao declarar que

De todas as justas aspirações que possa alimentar qualquer cidade do interior, nenhuma tem tanta significação moral e relevancia patriótica, como a que concerne á criação de um estabelecimento de ensino secundario ou tecnico. Foi o grande sonho de Itapetininga, e á está a obra magnifica de Peixoto Gomide. Foi continuo empenho de Sorocaba, e é de hoje, a Escola Profissional, tão nova, quão cheia de beneficos resultados. Bastam estes

dois exemplos. Tatuhy também merecia ser contemplada, com a experiência de uma casa de ensino secundário. Por isso, o governo Carlos de Campos, vindo de encontro ao desejo unânime de todos os tatuhyanos, criou pela lei n. 2.017 de 26 de dezembro 1924, o gymnasio de Tatuhy, com o mesmo programma do da capital e do de Campinas. Tal era a boa vontade do governo passado, no sentido de pôr em execução essa lei, que, com esse intuito, encaminhara as primeiras providencias. Em Tatuhy estiveram, além de outras pessoas interessadas, o então diretor geral da Instrução Publica e um inspector escolar, os quaes de accordo com a respectiva secretaria e a municipalidade, tinham dado os primeiros passos para a adaptação do majestoso theatro ali em construcção, afim de nelle funcionar aquella casa de ensino. Desappareceu Carlos de Campos, e, como sempre acontece nesta caricata Republica, com o novo governo vieram novos projectos e novos planos. E o gymnasio de Tatuhy, que já poderia estar terminando a sua primeira turma de bacharéis em sciencias e letras continúa a ser apenas um direito na letra de uma lei, não executada. Que fez o novo presidente? Promessas. Que fizeram os deputados do districto, alguns até filhos de Tatuhy? Secundaram as promessas presidenciaes, permanecendo inalterados no amenismo commodo das suas cadeiras na Camara. Nem se diga, não ter o presidente cumprido a promessa, por não haver a Municipalidade offerecido predio proprio. O presidente do Estado, se quizesse realmente o funcionamento do Gymnasio, teria tratado de serem votados auxílios com esse fim – “qui vult finem, vult media”. A objecção de que a Camara Municipal não offereceu predio proprio é pueril. Predio proprio não quer dizer caro, luxuoso, sumptuario e muito menos definitivo. A questão do predio é relativa. Os maiores estabelecimentos de ensino de S. Paulo, funcionam em predios adaptados. A Faculdade de Medicina e Cirurgia, que é um estabelecimento de ensino superior, modelar em todo o Brasil, esteve por muito tempo em verdadeiros pardieiros. Só agora é que vae possuir o seu predio definitivo. O Gymnasio do Estado, viveu largos annos de favor, no Lyceu de Artes e Officios e ainda agora está installado em predio que fora construído para um dos grupos escolares do Braz. E as escolas normaes livres, que formigam pelo interior afóra? Têm ellas porventura, os seus predios definitivos? Infelizmente a razão pela qual o presidente do Estado cruzou os braços, diante do Gymnasio de Tatuhy, é de ordem muito mais grave e implica em uma verdadeira desconsideração aos tatuhyanos. O sr. Julio Prestes é de Itapetininga e os seus conterraneos acham que o funcionamento do gymnasio tatuhyano é um deserviço maior do que o que s. exa., causara, installando ou consentindo na installação de um batalhão da Força Publica em sua terra natal. Percebendo a tenacidade dos tatuhyanos em advogar um direito que lhes assiste, os conterraneos do sr. Julio Prestes pediram-lhe também a criação de um gymnasio, nos mesmos moldes, podendo, desde logo, o governo contar gratuitamente com o corpo docente da Escola Normal. Apareceram depois outros pedidos de influencias politicas da redondeza, pretendendo mostrar a inconveniência da execução da lei 2017. Esta é que é a verdade. Tudo quando mais se disser, não passará de simples hypocrisia official, engodo em verperas de eleições, parte integrante da eterna “tapeação” dos políticos profissionaes. Por isso é que estou convencido de que o sr. Julio Prestes poderá conseguir tudo, até a presidencia da Republica, se for eleito de verdade, com votos de gente e não de defuntos, estrangeiros e menores. Uma cousa porém s. exa. não conseguirá – installar o Gymnasio de Tatuhy, e isto pela razão muito simples, de que Itapetininga não o quer.

Após esta reportagem, no dia 15 de janeiro de 1930, de acordo com Rizek (2011), o prefeito Nicolau Sinisgalli autorizou a Câmara Municipal a levantar um empréstimo de 200 contos de réis com o objetivo de acelerar as obras do ginásio. No

local onde seria sediado o futuro ginásio foi devidamente identificado com o propósito de deixar claro para a população que era um sonho possível.

Figura 1 - Vista do terreno doado para a instalação do ginásio (1930).



Fonte: Acervo Técnico do Museu Paulo Setúbal, Tatuí/SP. Gentilmente cedida pelo curador Tony Guedes.

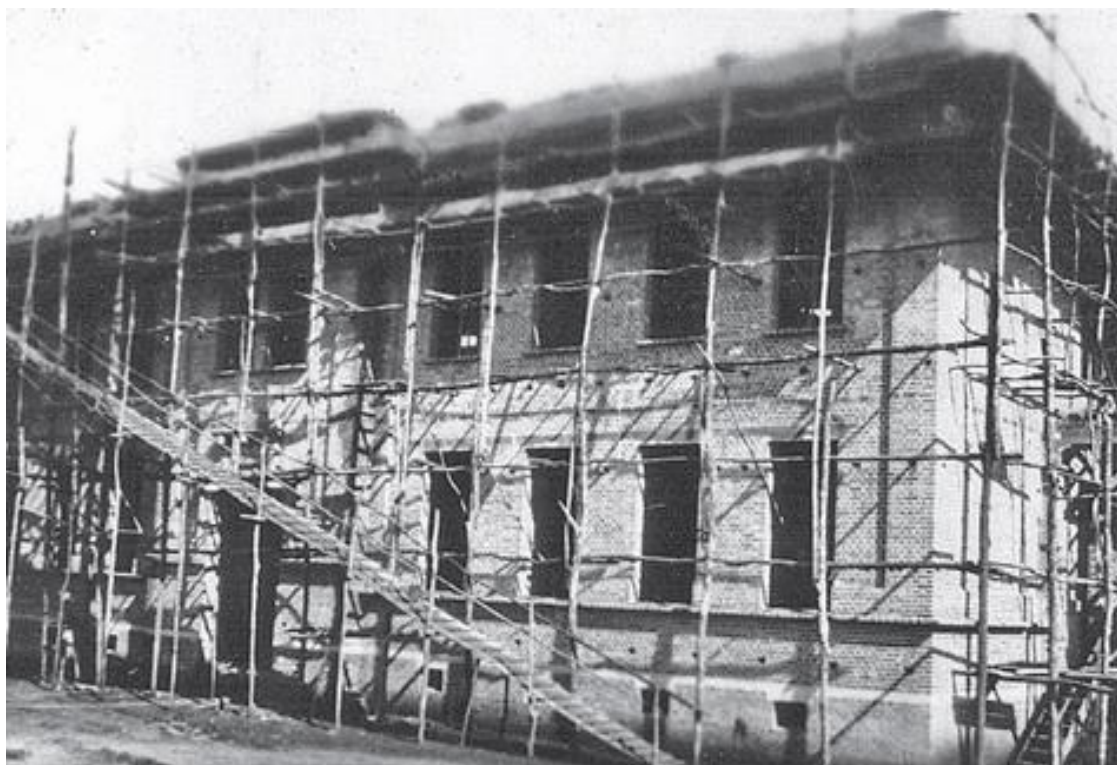
Na figura 1 é possível identificar não só o local que foi doado para que fosse construído do Ginásio de Tatuí, mas é apresentado uma propaganda de que seria o 4º Ginásio Oficial. Tal propaganda demonstraria a preocupação dos organizadores da Semana pró Ginásio em assegurar que Tatuí sairia na frente de Taubaté, cidade que também foi beneficiada pela lei nº 2.017/24.

Em 25 de outubro um repasse de 100 contos de réis foi disponibilizado pelo governo estadual, através de um pedido do Diretor de Obras Públicas do Estado, Oscar Machado, com o objetivo de acelerar as obras. No final do mesmo ano e com as obras em estágio avançado, aos 7 de dezembro realizou-se uma cerimônia em comemoração ao momento que se iniciaria a cobertura do prédio, esta cerimônia movimentou parte da população que via com bons olhos a nova escola.

O jornal Diário Nacional (1930, p. 5) divulgou informações sobre esta cerimônia e, também, se posicionou na ideia de que “[...] com o advento da Republica nova baseada na justiça, e na pratica das leis, o Gymnasio de Tatuhy tornará uma realidade incontestável”. Na mesma matéria confirma-se as dificuldades encontradas

para a construção do prédio e as questões políticas envolvidas durante os anos anteriores, assim como o interesse dos munícipes pelo desenvolvimento intelectual na cidade de Tatuí e sua respectiva influência nas cidades vizinhas, por fim confirma que existe a previsão do início das aulas para março de 1931.

Figura 2 - Edifício do Ginásio em sua fase final (1930).



Fonte: Acervo Técnico do Museu Paulo Setúbal, Tatuí/SP. Gentilmente cedida pelo curador Tony Guedes.

A instalação do ginásio do Estado assumiu um viés ideológico para colocar a cidade em um “ranking” na educação paulista, não se preocupando apenas com o desenvolvimento da educação local. A inauguração do ginásio deveria ser o resultado da Semana pró Ginásio e, portanto, encerrar um ciclo. A partir de 1931, o edifício já em estágio final das obras, divulga-se a brevidade do início das aulas e, depois, com o ginásio em pleno funcionamento, a perspectiva da educação ganha novos olhares como o de manter o alto nível da instituição e de exaltar a conquista para o município a partir da história desta instituição.

3.3 O quarto Ginásio Oficial e os primeiros anos de uma ideia: 1931-1939.

Quanto a fundação do Ginásio de Tatuí, a população se sentiu aliviada com o avanço das obras. Um sonho rejeitado na Assembleia Legislativa de São Paulo em 1923, aprovado como lei em 1924 e uma mobilização da população com a Semana pró Ginásio, que resultou em doações e parcerias, discussões em diversos jornais sobre questões políticas locais e, de empréstimos públicos com o objetivo de acelerar as obras. Finalmente é anunciado a fundação.

O Diário Nacional (1931, p. 3), em reportagem de 23 de janeiro, anunciou a brevidade da inauguração e resalta um contexto histórico desde a aprovação da lei até o momento em questão

Annuncia-se proxima a inauguração do Gymnasio Official de Tatuhy. Coróá-se, afinal, de exito a velha aspiração do povo tatuhyano. Afinal se consubstancia em realidade o sonho, ha tanto acalentado por aquelle povo que, ora, o via esgueirar-se, esfumando, ora o via querendo tornar-se realidade, nem de todo, mas de pratico nada se conseguia. Criado o Gymnasio pela lei n. 2.017, no governo de Carlos de Campos, o povo de Tatuhy logo enxergou nelle o futuro da sua cidade, e tudo fez para que elle fosse installado. Poz á disposição do governo, para a necessária adaptação, o predio onde deveria funcionar o Theatro Municipal, cuja construção se abandonara ha tempo. Nisso morre subitamente o sr. Carlos Campos e assumia a presidencia do Estado o sr. Julio Prestes. Cae sobre a installação do 4º Gymnasio official em Tatuhy o panno do silencio e do esquecimento. Delle somente se lembrou o sr. Julio Prestes ás vespervas da eleição de Março do anno passado, cuidando então de levar por diante a ideia de sua installação. Fingindo zelo de pecador arrependido, achou que o Gymnasio merecia installação melhor do que a que podia offerecer o predio adaptado do Theatro Municipal. Era preciso mais e melhor, era preciso um predio especialmente construido, luxuoso e magnifico. Obteve dos tatuhyanos, para a construção do edificio, cêrca de trezentos contos de contribuição. Iniciou-se a obra de construcção que se veio arrastando morosamente até o momento em que, de subito, de norte a sul, sacóde o paiz o movimento revolucionario e a obra se paralysoou de topo. Sóbe ao pode o governo revolucionario. E, afinal, o actual director da Instrucção Publica volta as vistas para o Gymnasio, compreende seu valor e alcance, apressa as suas obras e agora se annuncia para breve a sua inauguração. Assim, está de parabens o povo de Tatuhy. Bem avisado andou decerto o sr. diretor da Instrucção, apresentando a conclusão das obras do 4º Gymnasio Official do Estado, e bem avisado andará, se as não abandonar antes de as ver concluídas. É de urgencia, e de enorme alcance para a instrucção do Estado a sua installação. Em torno de Tatuhy, ao sul do Estado se espraia toda uma zona pobre, onde os recursos não são muitos e a indigência não falta. De modo que nem sempre os seus habitantes, ainda, que desejosos de cultura, não na podem conseguir, pela falta de recursos e pela necessidade que têm de, se a quizerem, adquirir, vir para São Paulo, pois que, em toda aquela zona, a não ser uma ou outra Escola Normal que somente moças cursam, não ha sequer um estabelecimento de ensino que mantenha o curso secundario. Por todos os titulos, a installação do Gymnasio em Tatuhy merece os applausos de todos.

As inscrições para os exames de admissão do Ginásio de Tatuí foram abertas e publicadas no Diário Oficial (1931) em 21 de março e, apresenta todos os requisitos para a inscrição e os critérios para a realização das provas. Dentre os documentos para a matrícula constavam: requerimento com estampa estadual no valor de 2 réis, certidão de idade, atestado médico que comprovasse não ter doença infectocontagiosa e ter sido vacinado, documento de identidade, certificado de conduta e comprovante de pagamento da taxa de inscrição de 15 réis. A idade mínima para a inscrição era de 10 anos completos.

Ainda, no que concerne às provas, o edital afirmava que elas seriam de Português, Aritmética, Geometria, História do Brasil, Geografia Geral, Ciências Físicas e Naturais e Desenho, sendo as três primeiras eliminatórias e o candidato que não obtivesse média nestas provas não realizaria as demais, considerando-o inabilitado.

Tais requisitos serviam como uma prática para selecionar o perfil dos candidatos que fizeram as inscrições. Baseando-se na ideia que nem todos os jovens concluíam os estudos no grupo escolar e, também, que muitos deles não cumpriam todos os requisitos ou não tiveram tempo hábil para se apresentar todos os documentos exigidos estavam, portanto, inaptos para continuar os estudos. Segundo Zuin (2018), o exame de admissão tornou-se um marco simbólico que dividia o ensino primário do ensino secundário e, portanto, excludente por classificar aqueles que eram tidos como mais aptos. Considerando que os candidatos provenientes de famílias economicamente privilegiadas realizavam aulas particulares além dos estudos regulares no grupo escolar, havia uma vantagem clara sobre as camadas econômicas mais baixas.

Com a aprovação do decreto 19.890, de 18 de abril de 1931 a idade mínima passou a ser de 11 anos e a máxima de 13 anos, também, o candidato não poderia se inscrever em mais de uma escola sob a pena de anulação das notas. Dessa forma, as oportunidades de entrar no ginásio ficaram mais escassas, mesmo que aprovado com notas mínimas, o candidato poderia não encontrar vagas disponíveis.

De acordo com Rizek (2011), a prefeitura cedeu uma sala para funcionamento provisório da secretaria a partir de 17 de março de 1931 e, entre os dias 23 de março e 9 de abril foram realizadas as inscrições para o exame de suficiência, totalizaram 115 candidatos inscritos. No dia 10 de abril os candidatos foram submetidos ao exame. Três dias depois foi divulgada a lista de 100 candidatos aprovados para iniciarem as aulas no dia 15 de abril de 1931. Como o número de aprovados foi acima do esperado, os

professores assumiram a responsabilidade de dobrar as classes sem que ocorresse qualquer ônus ao estado. No entanto, dos aprovados, apenas 90 alunos foram matriculados para o primeiro ano de funcionamento do Ginásio do Estado em Tatuhy. Do total de alunos que foram aprovados, 58 eram provenientes de cidades como Tietê, Guareí e Itapetininga que fazem fronteira com Tatuí, além de Apiaí, Itapeva, Itaberá, Capão Bonito, Porto Feliz, Itararé, Bofete e Porangaba.

A ocupação dos cargos dos funcionários ocorreu na seguinte ordem: o diretor provisório César Pietro Martinez foi nomeado em 21 de março pelo Diretor Geral do Ensino. Nas semanas seguintes foram nomeados os demais cargos dos funcionários da escola: Manoel Marcondes Machado (porteiro), Gastão Veiga e Alberto Seabra Sobrinho (contínuos), Francisco Carlos Nascimento, Otávio Pereira e Demitildes Paes (serventes), Idelina Olympia Fernandes Tavora (secretária) e Raphael Orsi (escriturário). Excetuando-se o diretor provisório, os demais cargos foram indicados pelos representantes do Movimento Pró-ginásio como sendo aptos para realizar as tarefas exigidas, embora não exista nenhum critério identificado em documentos que foram analisados. Os nomes indicados aparentam uma “seleção” da sociedade tatuiana para compor rapidamente o quadro de funcionários sem que houvesse concursos ou qualquer participação do governo, com o objetivo de acelerar o funcionamento do ginásio.

Os professores que assumiram seus cargos no Ginásio de Tatuí em caráter temporário em abril de 1931 foram efetivados, segundo dados do Diário Oficial (1931, p. 41), em 14 outubro do mesmo ano. Sendo os professores

O professor José Lannes, no cargo de lente de Português; o professor Ernesto Tenn de Barros no cargo de lente de Francês; o professor Domingos Vizioli, no cargo de lente de Aritmetica e Algebra; o dr. Raymundo Menezes Pimentel, no cargo de lente de Historia Natural; o professor Ramiro Pimentel no cargo de lente de Geografia e Cosmografia; o dr. Alcino Muniz de Souza no cargo de lente de História da Civilização

Esses professores já atuavam em colégios de São Paulo, Osasco, Campinas e outras cidades do interior paulista e foram transferidos para compor o corpo docente do Ginásio de Tatuí, podendo permanecer efetivos após cumprir seis meses de trabalho ou retornar para a cidade de origem, se assim desejassem.

Nas palavras de Rizek (2011, p. 5) dentre os fundadores do Ginásio de Tatuí contavam políticos, funcionários públicos diversos, professores e representantes da sociedade tatuiana, apresentando os seguintes nomes

Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, dr. Carlos de Campos, dr. Laurindo Dias Minhoto, João Alberto Lins de Barros, dr. Lourenço Filho, dr. Oscar Machado, dr. Lázaro Maria da Silva, dr. Arthur Mota, professora Francisca Pereira Rodrigues, dr. Edmundo Navarro de Andrade, Firmo Vieira de Camargo, Nicolau Sinisgalli, doutor Gualter Nunes, José Ribeiro Menezes, Carlos Orsi, João Leite de Paula, Oscar Azevedo, João Augusto Vieira, Joaquim Vieira de Campos, José Celso Azevedo, João Padilha, Paulo Silvio Azevedo, Oscar Silveira da Mota, Pedro Voss Filho, Camilo Vanni, Joaquim Assunção, José Menezes da Silva, doutor João Almeida Morais, Adolfo Sampaio Dias, Rafael Orsi, Carlos Graziano.

No ano 1935, havia uma discussão sobre a fundação do Ginásio e os nomes que deveriam ter sido citados. O jornal *Correio de São Paulo* (1935, p. 2) lançou a pergunta sobre quem realmente foi responsável pela criação do Ginásio de Estado de Tatuí e respondeu que

O gymnasio de Tatuhy, que foi creado pelo sr. Julio Prestes, esteve sem solução até a revolução de 30, a qual veio pôr um paradeiro áquelle estado de cousas. Já se falava, á bocca pequena, naquelle tempo, da transformação da Escola Normal de Itapetininga no 4º Gymnasio do Estado. Nesta hora que dizer á Casa, serenamente, aos meus nobres colegas, que foi o dr. José Carlos de Macedo Soares, secretario da Educação no governo de após revolução de 30 que houve por bem fixar em Tatuhy o 4º Gymnasio do Estado. E foi por isso que Tatuhy teve gymnasio. Mas, si tivéssemos uma continuação daquelle regime, quem sabe onde seria localizado auelle gymnasio?

O início das atividades no ginásio foi marcado por uma breve cerimônia que aconteceu no primeiro dia de aula em 15 de abril de 1931, contando com uma aula magna, dirigida pelo professor José Lannes e seguindo de outras atividades, ao término da manhã realizou-se uma homenagem ao governo de São Paulo na pessoa do industrial Camilo Vanni⁷ e, também, uma homenagem ao prefeito Joaquim Assumpção Ribeiro. Contando com as palavras do professor José Lannes, seguindo da entrega de um ramallete de flores por um aluno ao diretor provisório César Pietro Martinez.

De acordo com Rizek (2011) o evento que marcou a inauguração oficial do Ginásio de Tatuí iniciou-se às 5 horas da manhã do dia 26 de abril, com uma salva de armas de 21 tiros. O monsenhor Domingos Magaldi celebrou uma missa breve em frente à escola às 10 horas. Às 11 horas ocorreu a recepção na Estação Sorocabana do Secretário da Educação, Edmundo Navarro de Andrade e o diretor geral de ensino, Lourenço Filho. Ao meio-dia chegava, também pela Estação Sorocabana, o interventor de São Paulo João Alberto Lins de Barros⁸ junto com sua comitiva. Os representantes

⁷ Sócio proprietário da Fábrica de Fósforos Palmyra & Vanni, foi um dos patrocinadores da construção do ginásio e membro do movimento pró-ginásio.

⁸ Sua nomeação ocorreu com o decreto nº 20.348, de 29 de agosto de 1931.

do governo, em uma sala do ginásio ouviram discursos do diretor provisório César Pietro Martinez, da secretária Idelina Olympia Fernandes Tavora e do monsenhor Domingos Magaldi, que também proferiu uma benção ao prédio. Ao final das palestras uma solenidade conferia o cargo de diretor interino ao professor José Lannes. Na praça Fernando Prestes (atual praça da Matriz) houve uma audição, proferida pelo orfeão da Escola Normal de Itapetininga (hoje conhecida como Escola Estadual “Peixoto Gomide”), regido pelo professor Modesto Tavares de Lima. Em sequência houve um concerto da Banda Santa Cruz. Encerraram-se as festividades às 20 horas com um baile no Club Tatuhyense que durou até as 3 horas do dia seguinte.

Padilha (1931, p. 1) em matéria no Jornal de Tatuhy informou que a imprensa municipal sempre batalhou para a realização do sonho tatuiano “sendo justo que se destaquem os nomes de João Padilha, Sylvio Azevedo, Oscar Motta, Pedro Voss Filho, Camilo Vanni, Florindo Vanni, Lazaro Maria da Silva”. E concluiu que a articulação dos jornalistas, sobretudo, foi responsável por mobilizar a população durante os anos que seguiram desde 1924 até a fundação da escola.

Aos olhos dos integrantes do movimento Pró-ginásio era importante que a escola não só fosse fundada mas, também, que fosse fundada antes de outros ginásios. No estado de São Paulo haviam apenas três ginásios até 1931, caberia a Tatuí fundar o quarto ginásio com o objetivo de entrar em um ranking de ginásios paulistas mais antigos. Tatuí conseguiu garantir a quarta colocação na lista de ginásios estaduais e, conforme Bittencourt (1989), até o ano de 1935 outros ginásios oficiais foram criados nas cidades de Araras, Araraquara, Catanduva, Itu e Taubaté. E acrescenta que o apoio das municipalidades foi um fator importante para a instalação dessas escolas, uma vez que não era prioridade do governo investimentos significativos na educação.

Com a fundação de outros ginásios em diversas cidades do interior, o Ginásio de Tatuí não recebeu nenhuma monção ou sequer conseguiu algum benefício com todo o trabalho realizado pelo movimento pró-ginásio. Acelerar a construção e fundação desta instituição não teve o resultado esperado, todavia, os jornais locais continuam conferindo uma importância por ser o quarto ginásio fundado no estado de São Paulo.

Bittencourt (1989, p. 40) afirma, ainda, que “os ginásios não eram gratuitos. A manutenção das escolas oficiais era coberta, em grande parte, pela arrecadação das taxas escolares, selos, além de uma série de contribuições obrigatórias, pagas pelos alunos”. Por essa informação pode-se supor que nem todos os habitantes de Tatuí

teriam oportunidades de estudar na nova instituição escolar, uma vez que não possuíam condições financeiras para arcar com os estudos. O uso de uniforme e a aquisição de materiais escolares também se tornaram empecilhos para muitas pessoas. A dificuldade de continuar os estudos após completar o grupo escolar fez do Ginásio do Estado de Tatuí uma instituição destinada a um pequeno grupo de pessoas economicamente privilegiadas.

Para atender às exigências do decreto nº 19.890/31 e ser equiparado com o Colégio Pedro II, o Ginásio de Tatuí se preocupou em cumprir com as condições estabelecidas como: dispor de prédio e material didático que preencham os requisitos determinados pelo Departamento Nacional de Ensino, assim como regulamento aprovado pelo mesmo departamento, possuir corpo docente inscrito no Registro de Professores e oferecer garantias de funcionamento por um período mínimo de dois anos. Além destas determinações, caberia ao Ginásio pagar a cota anual de inspeção, o que encarecia ainda mais os estudos, dessa forma os jovens provenientes de famílias pobres não poderiam arcar com todas as despesas, fazendo com que o Ginásio de Tatuí tivesse em seu corpo discente apenas jovens de famílias de origens econômicas mais altas. Neste período, uma instituição escolar ser equiparada ao Colégio Pedro II era uma garantia de funcionamento adequado e de ensino de qualidade.

Com o ginásio já inaugurado e em pleno funcionamento, o movimento pró-ginásio se preocupou em resgar a história desde 1924 até 1931 com o intuito de colocar a população geral em evidência, não apenas os industriais, comerciantes, membros do clero e fazendeiros. Apresentando a instituição escolar como algo simbólico perante as conquistas da elite em favor da cidade, embora a maior parte da população não tenha usufruído diretamente deste ginásio, uma vez que não haviam vagas em quantidade suficiente para todos que fossem aprovados nos exames de admissão. Era comum, a partir de então, a preocupação de lembrar dos feitos da escola e de seus alunos, algo que tornou-se corriqueiro, à medida que membros das camadas sociais e econômicas mais privilegiadas passaram a fazer parte da instituição, o resgate pela história ganharia ainda mais destaque. Magalhães (2004, p. 127) ressalta sobre a questão de conferir tal história

Esta questão [...] é insolúvel fora da relação da instituição educativa com a comunidade e com o meio envolventes; não é possível atribuir-lhe uma diacronia e uma identidade histórica apenas com base no conhecimento, interpretação e recriação dos regulamentos e dos princípios orientadores no nível de objetivos vocacionais, programáticos ou outros. Como proceder,

então? As instituições educativas, como as pessoas, são portadoras de uma memória e de memórias.

Mais adiante, Magalhães (2004) afirma que a identidade da instituição escolar ganhou sentido na materialidade, na qual a sociedade e a escola se fundem, no sentido de que ocorra uma identificação única de pertencimento. Ou seja, não apenas os documentos, arquivos fazem parte da leitura histórica, mas, também, das memórias daqueles que dela fazem parte. Uma conquista deste porte para a cidade tem uma representatividade muito maior do que outras tantas histórias locais.

Ao final do primeiro ano de aula, dos 90 alunos que efetuaram matrícula em abril no Ginásio de Tatuí, 50 foram aprovados no exame final, dos demais, 28 alunos foram reprovados, 9 não conseguiram aprovação no exame 3 três não compareceram para a prova. Os aprovados foram motivo de orgulho para a instituição e seus nomes ganharam destaque na cidade.

Tabela 5 - Lista de alunos aprovados no primeiro ano de funcionamento do Ginásio de Tatuí

1. José Celso de Mello	26. Anna Vieira de Camargo
2. Augusta de Almeida	27. Maria Helena Ribeiro
3. José Teixeira Barbosa	28. Oscar M. Oliveira Gody
4. Antonio Rosa	29. Alzira Augusta Ribeiro
5. Volney Dias	30. Maria Ondina de Almeida
6. Djalma Nogueira Minhoto	31. Lúcia de Camargo Barros
7. Fernando de Camargo	32. Silvino Arruda Stein
8. Romana Luiza L. Andrade	33. Candido Sobral de Oliveira
9. Ondina Helena de Moura	34. Edilson Pereira de Alencar
10. Maria Isabel dos Santos	35. Santana Araújo
11. Simeão Sobral de Oliveira	36. Maria Stella de Campos
12. Fábio de Mello Bonilha	37. Maria Aparecida Bastos
13. Maria Ignez de Arruda	38. Oswaldo Prestes Law
14. Pedro Biscaro Filho	39. Ruth Rocha
15. Irene Vanni	40. Orlando de O. e Silva
16. José Orpheu Fogaça	41. João Sommerhauser
17. Esther F. Albuquerque	42. José Paulo Pierotti
18. Adelaide da Silva Campos	43. Clarisse Sommerhauser
19. José Vieira da Silva	44. Gustavo Prestes Law
20. Paulo de Mello Bonilha	45. Oscar Hoffmann
21. Guaraciaba Carneiro	46. Maria Benedicta da Costa
22. Jose Celso Nogueira	47. José Carlos Paschoal
23. Moacyr de Moraes Terra	48. Julieta Pires de Campos
24. Manoel Ary de Camargo	49. Angelo Ribeiro
25. Arthur Falcone Bellucci	50. Benedicta de Mello Teixeira

Fonte: Rizek, Jorge. Instituto de Educação Barão de Suruí: 80 anos de história. **O Progresso**, Tatuí, 27 abr. 2011. Tabloide.

Em 1934, com a publicação do decreto nº 24.201 o Ginásio de Tatuí equiparou-se ao Colégio Pedro II, título que exaltarão nos anos seguintes, sendo responsável pela manutenção de uma cultura escolar que será identificada a seguir.

No ano seguinte uma reportagem do jornal *Correio Paulistano* (1935) faz uma crítica sobre os gastos públicos e o déficit que acarretou para os cofres do estado de São Paulo, uma vez que o colégio alocado na cidade de Tatuí era mantido com verba estadual e não atendia um número considerável de jovens, embora tenha recebido estudantes de várias cidades do interior paulista. Após o discurso da deputada tatuiana Francisca Rodrigues que enalteceu o governo do estado por ter criado inúmeros ginásios nos últimos anos, o deputado Alfredo Ellis Junior informou que o ato de criar ginásios é benemérito, contudo, não havia no corpo docente muitos efetivos, pelo contrário, muitos professores se encontravam em caráter interino e exemplifica o caso de Tatuí, na qual as cadeiras de química, história natural e física estavam há muito tempo sem serem providas por catedráticos.

Outra reportagem do mesmo jornal identifica a ausência de professores catedráticos e em 15 de setembro de 1931, foi para a cadeira de latim, para a qual foi nomeado o professor José Thomaz Borges em caráter interino até seu provimento definitivo, além das cadeiras de física, química e história natural que continuavam em caráter interino e, ainda, acrescentou as cadeiras de história civil e desenho na mesma situação devido à saída dos respectivos professores.

Conforme as palavras de Ambrogi (1938), os professores instalados no Ginásio de Tatuí foram efetivados pelo governo do estado, atendendo as normativas do decreto nº 7.634, de 30 de maio de 1936. Formalizava-se, dessa forma, o corpo docente do ginásio em caráter permanente.

No ano de 1939 as aulas têm início com uma novidade, e pelo decreto nº 10.044, de 7 de março passou a ser uma Escola Normal, tendo início o primeiro ano do curso de formação de professores, que era de três anos. No mesmo estabelecimento, durante o funcionamento da Escola Normal, funcionou o curso primário, com quatro classes, que poderiam ser transferidas a partir dos Grupos Escolares locais. Ficou sob os auspícios da prefeitura de Tatuí realizar as obras que se faziam necessárias. Uma nova

fase começa na educação de Tatuí na qual os alunos poderiam cursar o primário, ginásio e a formação de professores no mesmo estabelecimento.

3.4 As novas fases da Escola Normal e o Barão de Suruí: 1940-1961.

Em 1946, com o decreto nº 16.322, de 16 de novembro a Escola Normal de Tatuí recebeu o nome de Barão de Suruí, passando a ser denominada Colégio Estadual e Escola Normal de Tatuí, oferecendo os cursos ginásial, correspondendo aos anos seguintes do ensino primário que eram ofertados nos grupos escolares e normal, com formação de professores habilitados para lecionar no ensino primário.

No ano de 1953 a Escola Normal passa a ser Instituto de Educação “Barão de Suruí” e, a partir dessa data a escola é ampliada e passa a oferecer os cursos de pré-primário (jardim da infância), com 3 anos de duração; primário, com duração de 4 anos o primário comum e 1 ano o complementar, o objetivo do ano complementar tinha como função ampliar o conhecimento dos alunos com foco em uma formação para o trabalho; secundário, com 4 anos e o normal, com 3 anos de duração, com o objetivo de formar professores primários e pré-primários.

Estas mudanças ocorreram para atender aos termos do Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, lei orgânica do ensino normal que determinava todas as orientações para o funcionamento dos cursos em diferentes tipos de estabelecimentos de ensino, dividindo-o em 3 modalidades: uma era o Curso Normal Regional, responsável apenas pelo primeiro ciclo de ensino normal que permitia a formação de regentes de ensino primário, com duração de quatro anos; outra modalidade era a Escola Normal propriamente dita, responsável pelo segundo ciclo, que era o curso de formação de professores para cursos primários, com duração de três anos; e pelo ensino secundário. Por último, havia o Instituto de Educação que, além dos cursos da escola normal, permitia ministrar os cursos de especialização do magistério e de administração escolar.

A partir de então Rizek (2011) informa que junto com os cursos da escola normal o instituto contava com o Curso de Administradores Escolares e os seguintes Cursos de Especialização: Educação Pré-Primária, Didática Especial de Curso Complementar Primário, Didática Especial de Ensino Supletivo, Desenho, Artes Aplicadas, Música e Canto. O novo modelo atraiu diversas pessoas para a escola, além

de Tatuí, os alunos vinham de Pereiras, Conchas, Itapeva, Itapetininga, Tietê, Apiaí e Guareí.

De acordo com a Divisão de Bibliotecas do Estado de São Paulo (1978), a Escola Normal Barão de Suruí possuía, na década de 1950, o maior acervo de uma biblioteca de escola pública no Estado de São Paulo, com um acervo de mais de 1300 volumes de diversas áreas do conhecimento além de literatura nacional e internacional.

A partir destas mudanças a escola ganha um significado mais forte, formando não somente alunos normalistas mas um grande número de profissionais qualificados em diversas áreas do ensino primário. Para a escola, segundo Labegalini (2009), representava uma mudança na estrutura do currículo e organização do corpo docente, antes vinculados à escola por cadeiras, que abrangiam uma ou mais matérias, com a mudança os vínculos dos professores se davam pelas disciplinas.

A partir de 1957, com a promulgação da lei nº 3.739, de 22 de janeiro, citava que o curso normal teria a duração de três anos, ou quatro anos caso fosse noturno. No caso do curso noturno a quantidade de aulas semanais era menor se comparado ao curso diurno, o que justifica a diferença da sua duração. Este processo permitiu acesso de mais pessoas, muitas delas provenientes de grupos econômicos menos privilegiados. O curso Normal seria composto pelas seguintes disciplinas:

Tabela 6 Lista das disciplinas do Curso Normal a partir de 1957

1	Pedagogia e Psicologia Geral e Educacional
2	Filosofia e História da Educação
3	Metodologia e Prática do Ensino Primário
4	Anatomia e Fisiologia Humanas, Higiene e Biologia Educacional
5	Sociologia Geral e Educacional
6	Desenho Pedagógico
7	Português, Linguagem e Literatura Infantil
8	Matemática e Estatística Aplicada à Educação
9	Ciências Físicas e Naturais
10	História da Civilização Brasileira
11	Música e Canto Orfeônico
12	Educação Física, Recreação e Jogos
13	Trabalhos Manuais e Economia Doméstica
14	Educação Social e Cívica

Fonte: SÃO PAULO (Estado). Lei nº 3.739, de 22 de janeiro de 1957. **Lex:** Dispõe sobre organização do ensino normal no Estado de São Paulo. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/37501>>. Acesso em: 19 out. 2018.

O Instituto garantiu a formação de diversos alunos no decorrer do final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Contudo, em 1961 a aprovação da lei 4.024, de 20 de dezembro garantiu uma maior participação de jovens tatuianos provenientes das mais diversas camadas sociais, uma vez que em seu artigo 36º apenas existiriam exames de admissão para o ensino médio. Assim, terminando os quatro anos do grupo escolar os alunos estavam automaticamente matriculados para o ciclo seguinte de mais quatro anos. A partir de então uma nova fase começa na história da Escola Normal e Instituto de Educação Barão de Suruí que não será tratado nesta pesquisa.

De acordo com as análises de Coan (2017), a exaltação do colégio Culto à Ciência, em Campinas, representava a vitória do iluminismo e a superação dos problemas históricos da cidade sendo que, com o desenvolvimento da nova república um destino promissor estaria por vir.

Para Coan (2017, p. 73), a fundação do colégio Culto à Ciência representava a luta contínua do saber contra a ignorância e, assim, formar jovens preparados para serem os novos cidadãos da pátria e defensores da República. E afirma que

ao deixarem o ensino secundário, os alunos do Culto à Ciência poderiam ingressar nas academias e, posteriormente, ocupar cargos públicos e administrativos do futuro governo. Dessa forma, o campo da guerra se ampliaria para demais espaços sociais, como os do poder público, e o combate à ignorância teria prosseguimento.

Aproximando deste estudo, o que foi relatado sobre a história do Ginásio do Estado de Tatuí, depois transformado em Escola Normal e Instituto de Educação Barão de Suruí, apresenta as mesmas características de comportamento da população em relação aos que esperava da República. No caso de Tatuí, embora tardio se comparado com Campinas, nota-se com esta pesquisa que havia o mesmo anseio.

Os alunos desta escola eram, em primeiro momento, provenientes de uma camada social e econômica privilegiada se comparado com a maioria da população tatuiana. Muitos eram filhos de empresários, comerciantes, médicos, advogados e funcionários públicos, assim, o Ginásio do Estado de Tatuí teria a função de manter o *status quo* no município, separando as camadas sociais dominantes das demais, mais pobres. Sua função inicial era para atender um grupo de pessoas que precisavam ir para São Paulo ou Campinas para poder continuar os estudos. Com a presença do ginásio

foi possível atender os interesses das famílias ricas em educar seus filhos na própria cidade. Uma prática comum para evitar a presença de camadas sociais mais baixas era a contratação de professores particulares por parte dos mais ricos, com o objetivo de preparar adequadamente seus filhos para os exames e garantir a vaga na escola. Por essa prática, somando com a quantidade limitada de vagas, as camadas economicamente baixas foram excluídas do Ginásio de Tatuí.

Todavia, com a presença de alunos provenientes de diversas camadas sociais a grandiosidade da escola era vista como algo do passado, ficando apenas na história de sua construção e de seus primeiros anos, com a preocupação de criar uma identidade de que a escola não tinha mais o mesmo perfil, lembrados como uma certa nostalgia de tempos áureos os primeiros anos após a fundação é contado como algo majestoso. Assim, os alunos que se beneficiaram da escola a partir de 1961 não foram reconhecidos ou tratados com louvor.

4 A CULTURA ESCOLAR NA ESCOLA ESTADUAL BARÃO DE SURUÍ

Encerrando os estudos sobre a Escola Barão de Suruí, neste capítulo será exposto e discutido como a cultura escolar ultrapassou os muros da instituição e como repercutiu aos olhos da sociedade, assim como, quais foram as identidades criadas para representar os alunos que estavam ali matriculados. Analisando a cultura escolar, propomos identificar o “ideal de aluno” esperado pela sociedade e pela escola por mais de três décadas.

4.1 Os barões e as damas da Escola Normal

Quando a Escola Normal Barão de Suruí já estava devidamente constituída e com histórico de diversos alunos e alunas já formados por esta instituição, aconteceu um fenômeno importante para a disseminação de uma cultura escolar bastante visível para a população de Tatuí. Nos primeiros anos da escola os alunos que conseguiram aprovação nos exames de admissão geralmente faziam aulas particulares durante os estudos do grupo escolar, garantindo uma vantagem em relação àqueles que não puderam pagar professores particulares, por isso, as camadas sociais economicamente mais altas se tornaram majoritárias dentro da escola. Os alunos eram chamados de barões e damas, com objetivo de enaltecer os moços e moças que faziam parte desta escola.

Entre os anos 1932 e 1961 vários grupos escolares foram instalados em Tatuí, fazendo com que a educação, pouco a pouco, deixasse de ser exclusiva apenas para um pequeno número de habitantes. A partir do momento que novos alunos estavam se instruindo em diferentes pontos da cidade, os alunos da Escola Normal ganhavam destaque e notoriedade perante a sociedade, sendo popularmente conhecidos como barões e damas.

Para Forquin (2004) a educação e a cultura possuem uma ligação muito forte, e que o indivíduo não está apenas se formando enquanto aquisição de conhecimento e habilidades, mas, também, socializando com outras pessoas em sinal de coletividade. Continua, ainda, afirmando que a cultura é um conjunto de características que a vida em uma dada sociedade pode se firmar. Por esse viés, os hábitos do cotidiano e as práticas diversas de um determinado grupo representa um tipo de cultura.

No entendimento de Forquin (2004) qualquer tipo de educação e qualquer tipo de escola sempre assume uma posição seletiva dentro da cultura e reelabora como a cultura será transmitida para as novas gerações. A educação não transmite fidedignamente algum tipo de cultura ou algum aspecto da mesma, apenas a transmite. Não obedece, portanto, uma regra específica de criação ou mesmo de desenvolvimento, sendo que a cultura pode vir de fontes diversas. Por isso a palavra cultura adquire um conjunto de características típicas do momento histórico e da situação em que se encontra.

Além disso, Forquin (2000, p. 58) ao apresentar uma explicação sobre a cultura escolar afirma que baseada em saberes geradores, organizadores e integradores, portanto, trata-se de uma cultura aberta e flexível, estendendo-se sem limites. A escola tem o papel de transmitir saberes devidamente estruturados e organizados e completa afirmando que

A cultura escolar é uma cultura geral, não no sentido de que seja uma amostra ou um amontoado de tudo (não é uma cultura dispersa, eclética), nem no sentido de que pretenda desenvolver “ideias gerais” que não favoreçam conhecimentos precisos ou competências específicas (não é uma cultura de verbalismo abstrato), mas sim no sentido de ser responsável pelo acesso a conhecimentos e a competências estruturalmente fundamentados, isto é, capazes de servir de base ou de fundamento a todos os tipos de aquisições cognitivas “cumulativas”.

Desse modo, Forquin (2000) explica que existe um consenso sobre a necessidade de transmitir conhecimentos diversos nas séries iniciais da escola, contudo, historicamente o modelo de ensino que seguiria para além do que a simples alfabetização, conhecido como secundário, estava reservado para uma camada social economicamente privilegiada e bastante distinta das outras camadas sociais. A explicação de Forquin está presente na cidade de Tatuí, por mais que a educação fosse garantida para cada vez mais pessoas, apenas um pequeno e seletivo grupo continuava os estudos depois do ensino primário.

De acordo com Forquin (1993), existem dois os termos importantes a serem identificados, primeiro a respeito de uma cultura da escola, em que representa um conjunto de características do cotidiano escolar, rituais e valores e, para a cultura escolar afirma que se trata do conjunto de saberes que compõe a base de conhecimentos onde acontece o trabalho de docentes e discentes.

Em Tatuí a criação de novos grupos escolares a partir de 1932 tinha como objetivo dar continuidade aos processos de expansão da educação iniciados nos

primeiros anos do século XX. Até 1961 quatro novos grupos escolares foram criados, sendo eles: Eugênio Santos, da Vila Esperança, do Bairro do Boqueirão e o da Santa Cruz, além do Grupo Escolar João Florêncio que já existia. Assim, os estudantes do ginásio e secundário passaram a ser chamados de damas e barões, com o intuito de diferenciar dos estudantes dos grupos escolares. A partir destas informações constatamos que a cultura escolar

Em 1946 foi instalado o terceiro grupo escolar de Tatuí, conhecido como Grupo Escolar Chico Pereira que, depois foi transformado em grupo escolar-ginásio, oferecendo escolaridade básica de oito anos sem interrupção, Rossi (2015) afirma que esta escola passou a ser chamada de Ginásinho, uma vez que o maior ginásio era o Barão de Suruí.

Quando foi instalado mais um Ginásio do Estado, denominado Ginásio Estadual Prof. José Tomas Borges pela lei nº 9.949/67, houve uma intensificação do uso dos termos damas e barões para identificar os alunos da Escola Barão de Suruí, agora, com o objetivo de diferenciarem dos alunos da nova escola estadual.

Nas palavras de Rizek (2011), as damas e os barões representavam os melhores alunos da região, mesmo que não houvesse nenhuma preocupação em verificar se realmente eram os melhores. Acreditava-se, também, que as instruções dadas pelos professores proporcionavam uma dinâmica no aprendizado não vista em nenhuma outra instituição de ensino da cidade. A qualidade dos professores, também, era apresentada como sendo um diferencial, uma vez que haviam diversos discursos de exaltação aos mestres, instituindo-lhes um certo prestígio aos olhos da sociedade.

Viñao Frago (1995) assevera que é possível estabelecer um significado para a cultura escolar pelo aspecto institucionalizado que caracteriza a escola como organização, e isso inclui práticas, condutas, modos de vida, hábitos, ritos, ideias compartilhadas e modos de pensar. Assim, ao afirmar que o espaço físico para o ser humano é uma construção social. Viñao Frago compreende o espaço escolar como uma de das modalidades do espaço físico enquanto construção socialmente aceita.

Segundo Viñao Frago (2006, p. 80), cada escola tem, mais ou menos acentuada, sua própria cultura. Não existem escolas que possuam as mesmas características culturais. E completa seu pensamento ao afirmar que

Las diferencias crecen cuando comparamos las culturas de instituciones que pertenecen a distintos niveles educativos. Al igual que cada centro docente tiene su propia cultura, también existen rasgos culturales, estables

y persistentes, que caracterizan y distinguen, por ejemplo, los centros de enseñanza primaria de los de secundaria y, al mismo tiempo, la cultura.

Dessa maneira foi comum a escola Barão de Suruí, enquanto detentora de ensino ginásial e secundário ter diferença na identificação de seus alunos quando comparados aos dos grupos escolares. Ou seja, os alunos de outras instituições escolares eram vistos apenas com alunos, os da escola Barão de Suruí foram identificados como superiores, uma vez que havia uma grande concorrência nos exames admissionais. Sabendo que muitos alunos não passavam no exame de admissão para o próximo ciclo, para muitas pessoas a educação do grupo escolar era a única que receberiam, diferenciando-se daqueles que tiveram oportunidade de dar continuidade aos estudos.

Ao perder a hegemonia do ensino ginásial para o Ginásio Estadual Prof. José Tomas Borges na década de 1960, ficou evidente a criação de uma identidade social para os alunos. Para Rizek (2011), os alunos exerciam um ritual em que esperavam na praça o horário de entrada em que as portas eram abertas e os inspetores observavam a movimentação dos alunos em direção às portas laterais. A entrada frontal era exclusiva para os professores e funcionários. O diretor acompanhava o ritual de sua janela, no andar superior e central. Era dever dos alunos seguirem direto para suas respectivas salas e aguardarem os professores em silêncio. Tal atitude, muito comum em outras instituições educativas no período, era tida como modelo na escola Barão de Suruí, que serviu para justificar a eficiência de seus alunos se comparados aos de outras escolas, por isso mereciam ser reconhecidos como damas e barões.

Em comemoração aos formandos do magistério em 1960, foi criado um quadro identificando cada um dos formandos e os respectivos professores do curso, assim como o diretor. Este quadro tinha o propósito de ressaltar a equivalência da Escola Normal Barão de Suruí com o Colégio Pedro II, embora a dinâmica da educação já estivesse relacionada com normas e leis que estabelecessem o programa de ensino, para Rizek (2011) a evidência histórica de que foi relacionada com o Colégio Pedro II se tornou um ponto chave para estimular a prática dos termos damas e barões.

As palavras de Faria Filho e Vidal (2000) reforçam que nos anos 50 e 60 os espaços escolares se tornam diferentes e muda sua relação com a sociedade. A suntuosidade dos antigos prédios dá lugar a funcionalidade e projetados para tornar a educação mais eficiente, assim como acontece a democratização da escola, cujos

espaços são tomados por novos equipamentos. Por isso as práticas de determinados rituais entrarão em extinção, ficando apenas nas memórias daqueles que estudaram antes das mudanças.

Desta forma, o processo educativo da escola recria a cada instante a reprodução do velho ritual e a possibilidade da criação de um novo. Esta abordagem permite ampliar a análise da cultura escolar, na medida em que busca apreender os processos reais, cotidianos, que ocorrem no interior da escola, ao mesmo tempo que resgata o papel ativo dos alunos tanto na vida social e escolar.

4.2 Para além dos muros da escola: a representatividade dos alunos na sociedade.

Os alunos da escola Barão de Suruí participaram de apresentações, visitas e concursos diversos, sempre exaltando o trabalho dos alunos seja na música ou na literatura. As participações eram vistas não só como oportunidades para os alunos mostrarem aquilo que sabiam, mas também como propaganda para valorizar a escola como um todo.

De acordo com matéria veiculada no Jornal de Notícias (1948, p. 8) sobre a comemoração de 50 ano de existência do Clube Tatuense, uma orquestra de damas e barões, dirigida pelo prof. Nacif Farah abrilhantou a festa. Na mesma semana, devido à comemoração do dia dos professores, os barões e damas participaram de uma solenidade com a execução de vários cantos e recitações. A mesma matéria foi veiculada no jornal O Progresso de Tatuí (1948, p. 5) que cita a apresentação das damas e barões e, também, de alunos da Escola Estadual Chico Pereira. Demonstrando claramente uma distinção entre as duas escolas.

Entre 15 e 22 de outubro de 1949 aconteceu o III Congresso Normalista no estado de São Paulo, segundo o Jornal de Notícias (1949), diversas escolas enviaram delegações para o evento, noticiou, também, que os alunos da escola Barão de Suruí, conhecidos na cidade como damas e barões realizaram um canto dirigido pelo orfeão da escola, com o objetivo de celebrar o evento. Dessa forma, pode-se identificar que a escola se preocupava em realizar tais atividades com o intuito de receber algum tipo de destaque nos jornais e, assim, receberem tais reconhecimentos em Tatuí.

Conforme Campos (2016) o coreto localizado ao centro da praça da Matriz recebia inúmeros jovens aos finais de semana, no qual haviam o costume de circularem em volta do coreto em filas, em que cada fila caminhava em um sentido de maneira que as pessoas pudessem se encontrar durante suas voltas. Os círculos próximos ao coreto, no centro da movimentação era destinado prioritariamente aos alunos da Escola Barão de Suruí, ou seja, às damas e barões da sociedade. A medida que dirigia-se para fora dos círculos as camadas sociais e econômicas se tornavam mais pobres.

Campos (2016) afirma que alguns professores lecionavam cursos preparatórios para jovens que pretendessem entrar no Barão de Suruí, geralmente eram provenientes de famílias economicamente abastadas. Geralmente os alunos que se formavam nesta escola conseguiam seguir carreira na medicina, direito ou engenharia. Algo que não era constatado nas demais escolas dentro do período estudado nesta pesquisa.

Para Sposito (2002) os cursos preparatórios ministrados por professores particulares eram mantidos com altos preços, dificultando o acesso para as pessoas mais pobres. Foi dessa forma que os exames de admissão para o secundário selecionavam os mais ricos e os mais aptos para estudarem na escola Barão de Suruí, deixando outras camadas econômicas a oportunidade de frequentarem outras escolas, tidas como mais pobres.

Novamente nas palavras de Campos (2016), a escola Barão de Suruí, como guarda muitos registros da cultura dos tempos das damas e barões que, diferente das demais escolas, não há registros de movimentos culturais ou qualquer formação de uma cultura escolar perceptível aos olhos da sociedade, esta escola era tida como o verdadeiro templo do saber.

Era evidente a diferença entre a escola Barão de Suruí com as demais aos olhos da sociedade, tudo graças às histórias inúmeras vezes contadas e enaltecidas sobre como foi idealizada, fundada e equiparada ao Colégio Pedro II, algo que as demais escolas não tiveram. Dessa forma a cultura escolar durou até 1961, quando ocorre a aprovação da lei nº 4.024, permitindo a entrada de muitos alunos de diversas camadas sociais, que resultou no fim gradual da identificação das damas e barões. Como ricos e pobres passaram a dividir o mesmo ambiente, tal identificação perdeu sentido, a história da Escola Barão de Suruí continua ganhando muita referência ao passado distante e nada se discute sobre períodos dos quais damas e barões não estavam mais presentes.

Não houve qualquer movimento para a formação de outras escolas, nenhuma energia por parte de qualquer grupo social de Tatuí, foram fundadas a partir da expansão dos grupos escolares e aumento do número de alunos que procuravam dar continuidade aos estudos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi problematizada a partir de como ocorreu o processo de institucionalização do Ginásio do Estado de Tatuí, desde sua idealização em 1924 até 1961. Como hipótese articula-se sobre como a sociedade foi mobilizada em âmbito geral por industriais, comerciantes, políticos e membros da Igreja, com o objetivo de promover os benefícios que este ginásio traria para o município, tal movimento durou até a inauguração da instituição.

O objetivo desta pesquisa foi trazer à luz do conhecimento de como um movimento social foi responsável pela institucionalização do Ginásio do Estado em Tatuí e como a cultura escolar foi construída nesta escola.

Diante deste primeiro levantamento preliminar das fontes é possível compreender como ocorreu o desenvolvimento do Ginásio do Estado de Tatuí e como aconteceu as mudanças na estrutura de ensino conforme as políticas educativas do período. Também, a partir dos jornais da época será possível analisar quais foram as representações sociais e políticas que teve esta instituição aos olhos da população local. Estes documentos foram, portanto, fundamentais para compreender os caminhos que propiciaram a mobilização da população tatuiana em busca da fundação do ginásio público e, ao mesmo tempo, como ocorreram as mudanças das políticas educativas, as quais, cuja dinâmica promoveu o surgimento da cultura escolar inspirado em valores que o, então, Colégio Estadual e Escola Normal “Barão de Suruí” emanava para a sociedade.

Os movimentos sociais foram, portanto, responsáveis por implantar o Ginásio do Estado na cidade de Tatuí, mas para que a lei, inicialmente reprovada em 1923, fosse novamente discutida no ano seguinte diversos políticos foram mobilizados. A eleição de um Deputado e de um Senador, assim como as articulações entre os demais membros da Assembleia Legislativa de do Estado de São Paulo colaborou com a aprovação da lei nº 2.017, de 26 de dezembro de 1924, na qual autoriza a criação de ginásios em Tatuí e em Taubaté.

Além da criação da lei, o movimento pró ginásio colaborou com a formação de uma ideia de que o Ginásio do Estado presente em Tatuí deveria ser inaugurado antes do de Taubaté, com o intuito de receber o título de quarto ginásio presente no estado.

Todavia, a população de Tatuí não contava com a Revolução de 1930 e a entrada de Getúlio Vargas no poder que colaborou com mais uma reforma na educação. Dessa forma, o Ginásio do Estado de Tatuí é o quarto a ser fundado e, logo depois diversos outros foram fundados em várias cidades paulistas, deixando a quarta colocação sem nenhum significado para a população de Tatuí, embora ainda esteja presente no imaginário e na história desta instituição escolar.

Com o crescimento da rede educacional pública em todo o estado, iniciando pelos grupos escolares e depois pelos ginásios, a educação não era mais uma exclusividade de um determinado número de habitantes. Com isso, a escola esperava ser um diferencial para a educação de Tatuí, o que não aconteceu em primeiro momento uma vez que a educação estava orientada por lei nacionais e, portanto, seguiriam um padrão.

No caso do Ginásio do Estado de Tatuí, que recebe a denominação de Barão de Suruí, perde sua exclusividade com a fundação de outros ginásios na cidade. Por isso, os alunos desta escola foram apelidados de damas e barões com o propósito de identificar uma relação com as camadas sociais mais abastadas.

Para evidenciar os alunos, diversas participações em eventos sociais e culturais faziam-se presentes as damas e barões, de modo que esperavam ser tratados de forma distinta aos alunos de outras instituições escolares que não participavam dos mesmos eventos.

Diversos professores lecionavam aulas particulares para que os alunos mais ricos conseguissem ser aprovados nos exames de admissão após cursarem o grupo escolar. Com uma qualificação maior, garantiam sua presença no Barão de Suruí, aqueles que não conseguiram aprovação nos exames de admissão, geralmente, iam para a capital para não se misturarem com outras camadas sociais economicamente mais baixas, que estavam presentes nas demais escolas.

Com a presença de mais jovens nos oito anos de educação básica e com o exame de admissão apenas para o ensino médio a partir de 1961, gradativamente ocorre uma mistura de classes sociais dentro dos muros da escola, assim, a cultura escolar estabelecida não pelas disciplinas ou pela forma da escola ser administrada, mas pela presença de uma camada socioeconômica mais privilegiada é descontinuada.

Os resultados apontam que foi evidente a manifestação de uma camada social e econômica privilegiada, contando com apoio político e, sobretudo, se apropriando da ideia de progresso existente e fortalecida desde o início da República. Esta manifestação corrobora com o movimento pró-ginásio, responsável por divulgar amplamente para o maior número de habitantes possível sobre os benefícios da educação e da continuidade de estudo após cumprirem os quatro anos de grupo escolar.

Todavia, nos anos iniciais do ginásio a maior parte da população não participou ativamente da educação como haviam imaginado com palestras do movimento pró-ginásio, seja por não terem condições financeiras para arcar com os custos da educação ou por não serem aprovados nos exames de ingresso ao ginásio, este último, incentivou um grupo de professores lecionarem aulas particulares a preços elevados para aqueles que pretendiam continuar os estudos nesta instituição.

Quanto à cultura escola, nota-se que os alunos recebiam um tratamento de respeito perante a sociedade, divulgados nos jornais como damas e barões. Denotando quase um grau nobiliárquico a esses alunos com o objetivo de distinguir dos alunos de outras escolas. A finalidade de caracterizar esses alunos perde sua importância com o fim dos exames de admissão e a possibilidade de jovens provenientes de diversas camadas sociais fazerem parte do corpo discente do ginásio. Aos poucos as damas e barões perderão seu espaço dentro da cultura da escola. Em publicações recentes, como o Tabloide comemorativo de 80 anos da escola (RIZEK, 2011), remete ao nome Instituto de Educação Barão de Suruí com certa nostalgia, inclusive aponta que os tempos idos das damas e barões foram os melhores para a instituição, algo que se perdeu nos anos posteriores.

6 REFERÊNCIAS

AMBROGI, Cesidio. Professores secundários interinos. **Correio Paulistano**, São Paulo, 30 jan. 1938, p. 3.

AZEVEDO, Fernando de. **A educação pública em São Paulo**: problemas e discussões. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937.

AZEVEDO, Fernando de. **A Transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BADDINI, Cássia Maria. **Sorocaba no império**: comércio de animais e desenvolvimento urbano. São Paulo: Annablume, 2002.

BANDEIRA JUNIOR, Antonio Francisco. **A indústria no Estado de São Paulo em 1901**. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1901.

BASSANEZI, Maria Silva Casagrande Beozzo. **São Paulo do Passado**: Dados demográficos 1872. Vol. 3. Campinas: UNICAMP, 1998.

BASSANEZI, Maria Silva Casagrande Beozzo. **São Paulo do Passado**: Dados demográficos 1890. Vol. 5. Campinas: UNICAMP, 1998.

BASSANEZI, Maria Silva Casagrande Beozzo. **São Paulo do Passado**: Dados demográficos 1886. Vol. 4. Campinas: UNICAMP, 1999.

BASSANEZI, Maria Silva Casagrande Beozzo. **São Paulo do Passado**: Dados demográficos 1920. Vol. 6. Campinas: UNICAMP, 1999.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Pátria, civilização e trabalho**: o ensino de História nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: Loyola, 1989.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar**: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

BRASIL, Poder Legislativo. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1892**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

BRASIL. Decreto nº 19.980, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. **Lex**: Coleção de Leis do Brasil de 31/12/1931, Rio de Janeiro, v. 1, p. 470, 1931.

BRASIL. Decreto nº 24.201, de 7 de maio de 1934. **Lex**: Concede ao Gymnasio de Tatuhy, em Tatuhy, estado de São Paulo, inspeção permanente e da outras providências, Rio de Janeiro, 1931.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. **Lex:** Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 5 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Lex:** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 19 out. 2018.

CAPRI, Roberto. **O Estado de São Paulo e seus municípios**. São Paulo: Typ. Pocaí & Weiss, 1913.

CASTANHO, Sérgio. A institucionalização escolar entre 1917 e 1930. **Série-Estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**, Campo Grande, n. 25, p. 43-56, jan-jun, 2008.

CAVALIERE, Ana Maria. Entre o pioneirismo e o impasse: a reforma de 1920. São Paulo. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, jan-jun. 2003.

COAN, Giovanna Ike. **Do culto à cultura:** fatos linguísticos e sociais no colégio republicano paulista. 2016. 210 f. Tese (Doutorado em Filosofia e Língua Portuguesa) – Programa de Filosofia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CAMPOS, Luiz Antonio Voss. Um século à vista. **O Progresso de Tatuí**, Tatuí, 21 mai. 2016. *A Voz do Voss*, p. 6.

CAMPOS, Luiz Antonio Voss. Ah! Bons tempos no Barão de Suruí. **O Progresso de Tatuí**, Tatuí, 16 jun. 2016. *A Voz do Voss*, p. 6.

CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; MELLO, Mirela Geiger de; NEVES, Helia Maria Vendramini. **Arquitetura escolar paulista: 1890-1920**. São Paulo: FDE; Diretoria de Obras e Serviços, 1991.

CORREIO DE SÃO PAULO. A instrução secundária no Estado. **Correio de São Paulo**, São Paulo, 5 ago. 1935, p. 2.

CORREIO PAULISTANO. O orçamento governamental para 1935 encera um déficit de 388.247:829\$483. **Correio Paulistano**, São Paulo, 3 ago. 1935. p. 1.

CORREIO PAULISTANO. Secretaria da educação. **Correio Paulistano**, São Paulo, 15 set. 1931. p. 2.

CORREIO PAULISTANO. Tatuhy. **Correio Paulistano**, São Paulo, 25 mai. 1929. *Notícias do Interior*, p. 9.

COSTA, Bárbara Regina Lopes; CASTRO, Célio Alves de; VASCONCELOS, César Ricardo Maria de. O Perfil dos empreendedores de Tatuí/SP. **Connexio**. v. 4, n. 2, p. 25-37, 2015.

COSTA, Renata Ferreira. **Memória histórica da Capitania de São Paulo**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2014

CRE MARIO COVAS, **Grupo Escolar de Tatuí**. Disponível em: < http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/neh/1825-1896/1895_Grupo_Escolar_de_Tatui.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2018.

DELAROLE, Pedro Juliano. **O Conservatório Dramático e Musical “Dr. Carlos de Campos” de Tatuí como difusor cultural**. 2010. 178 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-graduação em Música, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DIÁRIO NACIONAL. O adiantamento das obras do Gymnasio de Tatuhy. **Diário Nacional**: A democracia em marcha, São Paulo, 07 dez. 1930. p. 5.

DIÁRIO NACIONAL. O Gymnasio de Tatuhy. **Diário Nacional**: A democracia em marcha, São Paulo, 23 jan. 1931. Actualidades, p. 3.

DIÁRIO OFICIAL. **Gymnasio do Estado em Tatuhy**. São Paulo: Imprensa Official, 21 mar. 1931. Editaes, p. 2277.

DIÁRIO OFICIAL. **Gymnasio do Estado em Tatuhy**. São Paulo: Imprensa Official, 14 out. 1931. Editaes, p. 1.

DINIZ, Carlos Alberto. A Expansão dos Ginásios do Estado de São Paulo e a atuação dos poderes executivo e legislativo (1947-1963). **Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017.

DINIZ, Gustavo da Silva. **Atividades criativas e desenvolvimento territorial: música, território e criatividade em Tatuí-SP**. 2015. 288 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2015.

Documentos Interessantes para A História e Costumes de São Paulo. **Ata da 5ª sessão da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo** Vol. 86, Arquivo do Estado de São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1961.

DÓRIA, Sampaio. **A reforma de 1920 em São Paulo**. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1923.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. **Caros amigos**. Ano XII, nº 136, julho, 2008.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, nº 14, mai-ago, 2000.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Tradução: Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FORQUIN, Jean-Claude. O currículo entre relativismo e o universalismo. **Educação & sociedade**, ano XXI, n. 73, 2000.

FORQUIN, Jean-Claude. École et culture. **EPS et Société Infos**. Nº 26, 2004.

FURTADO, Alessandra Cristina. **Por uma história das práticas de formação docente: um estudo comparado entre duas escolas normais de Ribeirão Preto - SP (1944-1964)**. 2007, 220 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GERODETTI, João Emílio; CORNEJO, Carlos. **Lembranças de São Paulo**: o interior paulista nos cartões-postais e álbuns de lembranças. São Paulo: Solaris, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. História-Movimentos da População em São Paulo no século XVIII. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 1, p. 55-111, 1966.

IGC - INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO, **Municípios e distritos do Estado de São Paulo**. São Paulo: IMESP, 2011.

JAMBERSI, Belissa do Pinho. **O papel da Escola Normal Secundária de São Carlos na constituição de um poder local de elite (1911-1923)**. 2014, 254 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Educação, Universidade de São Carlos, São Carlos, 2014.

JORNAL DE NOTÍCIAS. Completou 50 anos de existência o Clube Tatuense. **Jornal de Notícias**, São Paulo, 20 out. 1948, p. 8.

JORNAL DE NOTÍCIAS. Numerosas escolas se farão representar no III Congresso Normalista de Educação Rural. **Jornal de Notícias**, São Paulo, 13 out. 1949, p. 10.

LABEGALINI, Andréa Cristina Fregate Baraldi. **A formação dos professores nos Institutos de Educação do Estado de São Paulo – 1933-1975**. São Paulo: Arte e Ciência, 2009.

MAGALHÃES, Justino Pereira. Linhas de Investigação em história da educação e da alfabetização em Portugal: um domínio do conhecimento em renovação. **História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: Autores Associados, 1999.

MAGALHÃES, Justino Pereira. **Tecendo nexos: história das instituições educativas.** Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MEDINA, Cremilda. **Nau dos desejos.** São Paulo: USP/CRE/CJE, 1994.

MENESES, Marcelo Figueiredo de. **Circulação dos professores diplomados na Escola Normal de São Paulo pela instrução pública (1890-1910).** 2012. 273 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MINHOTO, Laurindo Dias. Tatuhy através da história. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.** V. 24. São Paulo: IHGB, 1926.

MONARCHA, Carlos. **A escola normal da praça: o lado noturno das luzes.** Campinas: UNICAMP, 1999.

MORAES, Rubens Borba de. Contribuições para a história do povoamento em São Paulo até fins do século XVIII. **Geografia, espaço e memória.** São Paulo: Terra Livre/AGB. Jan-jul, 1992.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. **EccoS – Revista Científica.** São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351-368, jul./dez. 2005.

OLIVEIRA, Deise Juliana de. Instituto de Educação Barão de Suruí: 80 anos de história. **O Progresso de Tatuí.** Tatuí, 27 abr. 2011. Tabloide especial.

PADILHA, João. Com imponentes festas foi inaugurado oficialmente o Gymnasio do Estado em Tatuhy. **Jornal de Tatuhy,** Tatuí, 5 mai. 1931, p. 1-2.

PADILHA, João. Edital. **O Progresso de Tatuhy,** Tatuí, 15 fev. 1926.

PADILHA, João. Edital. **Ridendo,** Tatuí, 29 dez. 1924.

PINHEIRO, Maria de Loudes. **A escola normal de Campinas no período de 1920-1936: práticas e representações.** 2003. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 2003.

RAGAZZINI, Dario; VIEIRA, Carlos Eduardo. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? **Educar.** Curitiba, nº 18, p. 13-28, 2001.

REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal: origens do ensino público paulista.** Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

RIZEK, Jorge. Instituto de Educação Barão de Suruí: 80 anos de história. **O Progresso,** Tatuí, 27 abr. 2011. Tabloide.

RODRIGUEZ, Margarita Victoria. História e Memória: contribuições dos estudos as Instituições Escolares para a História da Educação. **Série-Estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**. Campo Grande, n. 25, p. 21-29, jan-jun, 2008.

ROSSI, Rosângela de Lourdes. **Interpolação Linear Logarítmica**. 2015. 96 f. Dissertação (Mestrado em Matemática) – Programa de Mestrado Profissional em Matemática, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares: desafios teóricos. **Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**. Campo Grande, n. 25, p. 11-17, jan/jun, 2008.

SANFELICE, José Luís. História e historiografia de instituições escolares. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 9, n. 35, 2009.

SANFELICE, José Luís. História, instituições escolares e gestores educacionais. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. especial, p. 20-27, 2006.

SÃO PAULO (Estado). Alvará de 05 de março de 1822. **Lex**: Crea a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Tatuhy, na Villa de Itapetininga.

SÃO PAULO (Estado). **Annaes da Sessão Ordinária de 1923**. São Paulo: Tip. do Diário Oficial, 1924.

SÃO PAULO (Estado). **Annaes da Sessão Ordinária de 1924**. São Paulo: Tip. do Diário Oficial, 1925.

SÃO PAULO (Estado). **Annaes da Sessão Ordinária de 1928**. São Paulo: Tip. do Diário Oficial, 1929.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 10.044, de 7 de março de 1939. **Lex**: Crea uma Escola Normal Oficial em Tatuí. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=125378>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 16.322, de 16 de novembro de 1946. **Lex**: Dá a denominação de "Barão de Suruí" ao Colégio Estadual e Escola Normal de Tatuí. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=128061>>. Acesso em: 01 set. 2018.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 16.322, de 16 de novembro de 1946. **Lex**: Dá a denominação de "Barão de Suruí" ao Colégio Estadual e Escola Normal de Tatuí. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=128061>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 2.367, de 14 de abril de 1913. **Lex**: Approva o regulamento das escolas normaes de curso secundario e escolas annexas. São Paulo: Tip. do Diário Oficial, 1924.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 12, de 13 de fevereiro de 1844. **Lex:** Eleva a Freguesia de Tatuhy do município d'Itapetininga à categoria de Villa, conservando o mesmo nome. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1844/lei-12-13.02.1844.html>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 12.544, de 30 de janeiro de 2007. **Lex:** Declara como Capital da Música o Município de Tatuí. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=69806>>. Acesso em 12 jan 2018.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 13, de 20 de junho de 1861. **Lex:** Elevou à cidade as vilas de Itapeva e Tatuhy. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorioAH/Acervo/Alesp/Imperio/Falp_620/RE61_001.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 2.017, de 26 de dezembro de 1924. **Lex:** Cria Gimnasios em Taubaté e Tatuhy. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=66256>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Parecer nº 155 de 1928. **Correio Paulistano**, São Paulo, 15 dez. 1928. p. 6.

SÃO PAULO (Estado). **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província o Exmo. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior, em 2 de fevereiro de 1872.** São Paulo: Typographia Americana, 1872. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/acervo-historico/base-de-dados/imperio/anais/imperio_1872.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 3.739, de 22 de janeiro de 1957. **Lex:** Dispõe sobre organização do ensino normal no Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/37501>>. Acesso em: 19 out. 2018.

SÃO PAULO (Estado), Divisão de Bibliotecas. **Guia das bibliotecas do Estado de São Paulo.** São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, Departamento de Artes e Ciências Humanas, 1978.

SAVIANI, Demerval. História da Escola Pública no Brasil: Questões para pesquisa. In: LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **A escola pública no Brasil: história e historiografia.** Campinas: Autores Associados, 2005.

SAVIANI, Demerval. **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas: autores associados, 2004.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Cultura Escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 201-206, 2006.

SILVA, Lázaro Maria da. O Gymnasio de Tatuhy. **Diário Nacional:** A democracia em marcha, São Paulo, 5 jan. 1930. A Plataforma Liberal, p. 3.

SOUZA, Rosa de Fátima. A renovação do currículo do ensino secundário no Brasil: as últimas batalhas pelo humanismo (1920-1960). **Currículo sem fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 72-90, jan-jun, 2009.

SOUZA, Rosa de Fátima. O ensino secundário e a formação das elites na Morada do Sol (Araraquara-SP, 1911-1950). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - CBHE, 7., 2013, Cuiabá. **Anais...**, Cuiabá: CBHE, 2013. p. 1-14.

SOUZA, Rosa de Fátima. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 25, n. 2, p. 127-143, jul-dez, 1999.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

SPOSITO, Marília Pontes. **O povo vai à escola: A luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo**. São Paulo, 2002.

TANURI, Leonor Maria. **O ensino normal do Estado de São Paulo (1890-1930)**. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1979.

TATUÍ. Parecer 46-106, de 24 de fevereiro de 1846. **Lex: Prestação de contas**. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorioAH/Acervo/Alesp/Imperio/Falp_049/CF46_106.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2017.

TATUÍ. Requerimento IP86.052, de 16 de março de 1886. **Lex: Solicitação de criação de escola**. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorioAH/Acervo/Alesp/Imperio/Falp_439/IP86_052.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2018.

TATUÍ. Requerimento IP89.631, de 16 de março de 1886. **Lex: Solicitação de criação de escola**. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorioAH/Acervo/Alesp/Imperio/Falp_439/IP89_631.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2018.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, set-dez. 1995.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Sistemas educativos, culturas escolares y reformas: continuidades y cambios**. Madrid: Ediciones Morata, 2006.

ZEQUINI, Anicleide. A disputa pelas águas do Tietê em Salto. **Memória e Energia**. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, n. 27. 2000.

ZUIN, Elenice de Souza Lodron. Exames de admissão do Gymnasio da capital de São Paulo sob a égide da reforma Francisco Campos: as questões relativas ao sistema métrico decimal. **Histmat – Revista de História da Educação Matemática**. Ano 4, N. 2, 2018.